



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

ISAURINDA PRATES GOMES

**O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DE
VITÓRIA DA CONQUISTA À LUZ DA ECONOMIA URBANA:
ESTUDO DE CASO DO LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Me. Alex de Souza Silva

ISAURINDA PRATES GOMES

**O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DE
VITÓRIA DA CONQUISTA À LUZ DA ECONOMIA URBANA:
ESTUDO DE CASO DO LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES**

Aprovada em 19/04/2010

BANCA EXAMINADORA

Alex de Souza Silva
Orientador

Marineide Maria Silva
Examinadora

Josias Alves
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela presença constante em minha vida e por me proporcionar mais esta realização.

A meu esposo pela nossa história de vida juntos e todo amor e compreensão apreendidos.

A meu orientador pelos ensinamentos.

A meus colegas de curso pelas horas de estudo.

A todos o meu muito obrigada.

Esta monografia é dedicada à minha família, cujo incentivo e dedicação foram indispensáveis na realização deste trabalho e a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte também desta vitória.

As relações econômicas é a principal razão para que as cidades não somente surjam, mas cresçam e se organizem de modo diferenciado.
Paul Singer

RESUMO

A necessidade de organização e sobrevivência do homem foram as razões para que surgissem as primeiras cidades. Entretanto, desde sua origem o processo de periferização socioespacial já fazia parte de sua constituição. Neste aspecto, as cidades modernas não diferem das antigas. Partindo desses pressupostos, o presente estudo tem como objetivo explicitar o processo de periferização socioespacial de Vitória da Conquista, a partir de um estudo de caso do loteamento Henriqueta Prates. . O referencial teórico partiu das análises de Pedrão (2002), Singer (1978), Manuel Castells (2001), Sposito (1988), dentre outros relacionados ‘a Economia Urbana. A metodologia utilizada para a realização desta monografia foi a Pesquisa Descritiva e Exploratória, bem como o Estudo de Caso. Agregaram-se, ainda, a utilização das entrevistas semi-estruturadas e das observações não-participantes. Desse modo, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro, a introdução, apresenta a estrutura desta pesquisa. O segundo aborda o referencial teórico a partir dos conceitos da economia urbana e do processo de urbanização do Brasil e do município de vitória da Conquista. O terceiro trata dos principais aspectos socioeconômicos e espaciais do município conquistense. O quarto capítulo aborda o estudo de caso sobre o Loteamento Henriqueta Prates. Especificamente ele aborda as principais questões históricas, socioeconômicas e como os moradores desse loteamento se apropriam do espaço público. Já o quinto capítulo, a conclusão, expõe a falta de investimentos públicos em infraestrutura que contribui com a precariedade das condições de vida dos seus moradores.

Palavras-chave: Periferia socioespacial. Economia Urbana. Loteamento Henriqueta Prates. Município de Vitória da Conquista (BA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sexo dos moradores do Bairro Henriqueta Prates.	50
Figura 2- Fonte de renda dos entrevistados	50
Figura 3- núcleo familiar	51
Figura 4- renda dos moradores do bairro	52
Figura 5- faixa etária dos moradores do bairro	52
Figura 6 grau de escolaridade dos moradores do bairro	53
Figura 7 escola municipal	54
Figura 8 tempo de moradia no bairro	55
Figura 9 avaliação dos serviços de transporte coletivo	56
Figura 10 ponto de ônibus do bairro	57
Figura 11 avaliação dos serviços de saúde pelos moradores do bairro	58
Figura 12 esgoto a céu aberto	59
Figura 13 campo de futebol	60
Figura 14 igreja católica	61
Figura 15 conhecimento sobre economia social	62
Figura 16 conhecimento sobre a existência de associação de moderadores do bairro	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REFERENCIAL TEÓRICO DA ECONOMIA URBANA	12
2.1	A ECONOMIA URBANA	12
2.2	A ORIGEM DAS CIDADES	15
2.3	A URBANIZAÇÃO NO BRASIL	19
3	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
3.1	A URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	22
3.2	DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE VITÓRIA DA CONQUISTA	27
3.3	PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR	30
3.4	PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	35
3.5	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM VITÓRIA DA CONQUISTA	37
4	O ESTUDIO DE CASO: O LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES	46
4.1	O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO LOTEAMENTO	46
4.2	ESPACIALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES SÓCIAIS E ECONÔMICAS DOS MORADORES DO LOTEAMENTO	48
4.3	ASPECTOS SÓCIOECONOMICOS DOS MORADORES	49
5	CONCLUSÃO	64
	REFERENCIAS	66
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

As cidades surgiram a partir da necessidade de aglomeração e trabalho, depois da descoberta da domesticação dos animais e da agricultura irrigada. Estruturalmente os primeiros núcleos urbanos surgem entorno de um templo religioso com os prédios públicos nas proximidades assim como as famílias de maior poder, começa-se então a divisão das atividades entre os cidadãos. No Brasil, com a colonização, as cidades surgem da mesma forma, com a igreja cristã no centro, os prédios principais dos governos ao redor e a população rica no centro, e os trabalhadores se aglomerando nas periferias. Portanto, desde os primórdios da cidade surge a periferização. (PEDRÃO, 2002)

Com o capitalismo monopolista as cidades passaram a se organizar de modo mais efetivo, com o poder do Estado definido, a expansão do comércio acontece paralelamente ao processo de periferização, surgem então as primeiras periferias. Impulsionados, sobretudo pelo trabalho a população rural passa a migrar para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida.

No Brasil o processo de urbanização torna-se mais latente a partir da Segunda Guerra Mundial com um forte crescimento demográfico acompanhado de um intenso êxodo rural. Nesta fase, a taxa de natalidade cresce e a mortalidade diminui, fator como influência direta das melhorias médico – sanitárias. A partir das duas últimas décadas do século XX essa população cresce de forma “milionária” que vem contribuindo com o crescimento urbano e com a metropolização.

Entretanto, percebe-se que no município de Vitória da Conquista o processo de urbanização começa a se intensificar na segunda metade do século XX. Com o advento da industrialização esse processo ficou ainda mais evidente e a periferização passou a ser uma realidade. Muitos bairros denominados de populares passaram a surgir de forma contínua. Assim como, o loteamento Henriqueta Prates, outros loteamentos irregulares e invasões começaram a se formar freqüentemente na cidade originando dessa forma, os primeiros bairros populares.

Portanto, esta monografia consiste no estudo sobre o processo de periferização socioespacial da cidade de Vitória da Conquista à luz da Economia Urbana com o intuito de realizar um estudo de caso sobre o loteamento Henriqueta Prates. O estudo tem como objetivos específicos, fazer uma análise do processo de urbanização no Brasil e no município de Vitória da Conquista, a partir das teorias da economia urbana; Investigar as políticas públicas

adotadas pela prefeitura municipal de Vitória da Conquista para ordenar o crescimento urbano; e por fim fazer um estudo acerca do processo de apropriação socioespacial do loteamento Henriqueta Prates.

O problema que fundamentou esse trabalho consiste em conhece como o processo de expansão urbana de Vitória da Conquista contribui com a periferação sócioespacial do município, em especial do loteamento Henriqueta Prates? A hipótese apresentada nesta pesquisa se baseia num estudo a cerca da realidade local: Apesar da existência do Plano Diretor Urbano na cidade de Vitória da Conquista, percebe-se que o loteamento Henriqueta Prates não foi contemplado nos aspectos socioespacial e econômico.

Compreende-se que esse trabalho é de grande relevância, por tratar de fatores como o nível de vida das pessoas que vivem nas periferias em contradição com os bairros mais favorecidos, trata-se de uma pesquisa com o intuito de conhecer como aconteceu e continua acontecendo mesmo após a criação do Plano Diretor Urbano o processo de periferação da cidade de Vitória da Conquista. E o que estimulou a pesquisa foi o fato de que o processo de parcelamento do solo de Vitória da Conquista se deu de maneira aleatória no decorrer da sua história, além de buscar conhecer a realidade econômica, social, cultural e infra-estrutural do município, esse trabalho de conclusão de curso tem assim, o intuito de servir como fonte de estudo para outros trabalhos na área.

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se as Pesquisas Exploratória e Descritiva, além do levantamento bibliográfico e documental, que se baseou principalmente na coleta de dados nas Secretarias Municipais de Vitória da Conquista. Outra estrutura metodológica utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso no loteamento Henriqueta Prates, com o intuito de realizar uma investigação mais detalhada de como ocorreu e continua ocorrendo o processo de apropriação do espaço urbano pelos moradores. Dessa forma foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas com o intuito de colher dados sobre o nível de renda, escolaridade, dificuldades vivenciadas, como eles se apropriaram daquela localidade, além de observações não participantes, na intenção de conhecer o cotidiano dos moradores do Loteamento Henriqueta Prates. Os dados desta pesquisa foram expostos na forma de gráficos, tabelas e imagens no último capítulo.

O presente trabalho conta com a introdução, que traz a apresentação geral sobre o que se trata no estudo, relatando seus objetivos, problema de pesquisa e justificativa e ainda como os dados foram coletados. O primeiro capítulo conta com uma introdução do que foi abordado em todo o trabalho, o segundo capítulo faz uma análise bibliográfica através dos principais

teóricos da Economia Urbana, partindo do estudo sobre o processo de periferização no âmbito global e no Brasil. Já o terceiro capítulo apresenta uma pesquisa documental, onde são abordados aspectos do contexto histórico da urbanização do município de Vitória da Conquista e sua evolução econômica e espacial. Enquanto o último capítulo descreve os resultados dos dados coletados no loteamento Henriqueta Prates e suas respectivas análises. Por fim, a conclusão apresenta as considerações finais da pesquisa, as limitações do estudo e as sugestões sobre o tema deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO DA ECONOMIA URBANA

O Presente capítulo faz uma breve análise sobre a economia urbana, e como ela justifica o processo de periferização das cidades.

De acordo com a teoria da economia urbana, na medida em que as cidades se expandem aumenta-se também o grau de diferenciação entre as classes de maior poder econômico social e as de menor poder aquisitivo, esta cada vez mais à margem da sociedade ocupam funções profissionais de menor remuneração, com isso são levados a habitarem as zonas mais distantes do centro comercial urbano, afinal essa região tem um custo alto no qual a população de baixa renda não possui acesso.

O capítulo abordará também aspectos relacionados ao processo de origem das cidades, sua evolução além de abordar fatores que impulsionaram a urbanização do Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial.

2.1 A ECONOMIA URBANA

As primeiras cidades surgiram a partir da necessidade de se organizar em torno de uma produção de alimentos, venda e posteriormente da ascensão do capitalismo. O que se observa é que mesmo nas primeiras cidades já havia a desigualdade social evidente

Baseado em Fernando Pedrão (2002, p.13): “as cidades se tornaram o lugar de maior desigualdade de renda, com as maiores concentrações de pobreza, exclusão, assim como, de contravenção, violência e de formas espúrias de poder.”

À medida que as cidades se industrializam mais dinâmica tende a ser sua economia, e esse grau de industrialização possui intensidades diferentes ao longo do tempo e do espaço.

[...] a urbanização significa a mobilização de recursos humanos e físicos, de modo permanente ou esporádico, com variada intensidade, em processos de trabalho que se caracterizam por uma diminuição do uso direto de recursos físicos tratados pelo homem. A industrialização da urbanização promove a difusão de modos padronizados de produzir e de consumir, resultando em padrões urbanos de comportamento, identificados com grupos de renda, forma de moradia e perfis de uso de serviços. (PEDRÃO, 2002, p. 30).

As relações econômicas é a principal razão para que as cidades não somente surjam, mas cresçam e se organizem de modo diferenciado, se organizando de forma planejada e criando configurações a partir das suas formas de produção. A economia gera emprego e renda e cria a divisão social do trabalho, bem como cria novos espaços de organização social, por essa razão ter um plano diretor é de grande relevância para se manter a organização do espaço urbano, mesmo assim não impede o processo de periferização socioespacial.

“Uma organização da produção que se baseia na divisão do trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades. A economia urbana, ao mesmo tempo em que requer um espaço político para seu desenvolvimento, propicia os fundamentos materiais para que este espaço se constitua.” (SINGER, 1973, p. 20).

Para que a cidade exista é necessária uma população, seja ela pequena média ou grande, habitando um determinado espaço territorial. A exigência de um número elevado de pessoas surge pelo fato de que para se executar algumas atividades na zona urbana se faz imprescindível certa aglomeração humana, dentre estas atividades urbanas estão: a indústria de transformação, o comércio, além da atividade administrativa e de manutenção da ordem que é desempenhada pelo Estado. (SINGER, 1973)

As funções econômicas das cidades se diversificam de acordo com a estrutura e o tamanho de cada uma, as funções que são desempenhadas normalmente são funções industriais, comerciais, de serviços sejam eles religiosos, militares dentre outros. As pequenas cidades possuem como função principal a atividade agrícola, englobando a produção e comercialização. As de médio porte, na maioria das vezes, prestam os mesmos serviços só que de maneira mais ampla e para uma população bem superior, e por fim as grandes cidades comportam basicamente todas as funções das outras com um diferencial que é o setor industrial, pois esse é bem mais intenso nestas áreas.

Para SINGER (1973), o fato de existir um processo intenso de industrialização nas grandes metrópoles não impede o surgimento de indústrias nas médias cidades, afinal essas em muitos casos são destino de migrantes, quando há um nível de atividades terciárias considerável na localidade. Além do mais as cidades pequenas e médias não apenas transmitem as grandes uma parte do excedente agrícola que captam, mas também podem vender serviços.

As cidades pequenas têm a capacidade de servir produtos e matérias-primas, em contrapartida as grandes oferecem serviços especializados que contribuem para a busca desses pela população das cidades vizinhas de médio e pequeno porte é uma ligação necessária para a

sobrevivência de ambas. A economia das cidades é interligada e acabam gerando conflitos e inevitavelmente a exclusão social com a divisão social do trabalho.

Dentro dessa perspectiva para PEDRÃO (2002, p. 15): “na economia urbana atual, existem vários conflitos entre os elementos da industrialização, da exclusão social, do desemprego e do desperdício. Portanto pode-se perceber nas cidades o aumento da discrepância entre a população que pode e a que não pode arcar com o pagamento dos serviços urbanos, disseminado dessa forma, o processo de periferização socioespacial urbana.

Na economia urbana é comum o fenômeno que tem como consequência o povoamento, é um fenômeno que ocorre no processo de urbanização ele é resultado de um conjunto de diversas causas, como perspectiva de emprego e renda, logo a implantação de sistemas produtivos numa economia surge em consequência de pressões demográficas e da capacidade de produção de cada cidade. (PEDRÃO, 2002)

A divisão social do trabalho surge quando grupos de pessoas realizam atividades específicas em consequência do avanço de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades. Conduz à formação de grupos especializados nas diferentes atividades produtivas e à obtenção de níveis de produtividade que permitem a criação de excedentes econômicos. Durante muito tempo, o homem viveu no sistema de escravidão e de semi-escravidão com o feudalismo, ocorrido durante a Idade Média, mas alguns estudiosos passaram a estudar e interpretar a divisão do trabalho e a formação da sociedade.

Para Marx (1975), a sociedade está dividida em classes, onde uma é dominante e opressora, e a outra é oprimida. Ele considera que a divisão social do trabalho implica em ser um meio para alcançar a produção de mercadorias, porém a divisão de tarefas é ainda uma forma de se oprimir a classe proletária.

Em suma, a produção representa certa negação da realidade, já que o objeto se opõe ao sujeito e o nega na medida em que o pressupõe e até o define. Dessa forma, Marx define o trabalho como sendo semi escravagista, a mais valia é o que predomina e o capitalismo é sustentado devido a exploração realizada da classe dominante com o proletariado, mas sem essa alienação do proletariado o capitalismo não sobreviveria.

Para Pedrão (2002, p.213) “a análise da ocupação urbana foi fortemente abalada pela incorporação do conceito de informalidade, que reforçou a base empírica da interpretação da pluralidade econômica e da segmentação do mercado urbano de trabalho.”

À distância e as contradições cada vez maiores entre os que detêm os instrumentos para a produção e os que têm apenas sua força de trabalho, constituem, assim, duas classes básicas, cada vez mais polarizadas, que se transformam no seu objeto de estudo sociológico.

[...] conduzida por seu componente monetizado, que reage a estímulos financeiros e aprecia o trabalho por seu aspecto de mercadoria. O trabalho que não se converte em mercadoria, ou que deixa de sê-lo, não pode, no entanto, ser considerado como improdutivo ou como indiferente no funcionamento do sistema, porque todo ele tem conexões com as condições de vida das mesmas pessoas que realizam as tarefas em mercado (PEDRÃO, 2002, p. 65).

Diante dessas observações, pode-se perceber como a informalidade, a estratificação do mercado, assim como a constante busca pela reprodução do capital acompanhado do processo de povoamento, gerado pela migração, tem causado grandes problemas na estrutura urbana, a exemplo do inchaço urbano e o crescimento das periferias, como efeito levam a população mais carente a ocupar os espaços que não são especulados, desprovidos de infraestrutura física.

Por isso o ambiente urbano na atualidade vem passando por graves problemas relacionados aos aspectos econômicos do ambiente nas cidades, que são reflexos do uso excessivo, devido a demanda populacional, de recursos ambientais como a crescente pressão do uso da energia e outros recursos que as cidades comportam. Assim como a imensa poluição provocada por várias indústrias com efeitos devastadores, onde se vê a necessidade de investimentos para a progressão do ambiente urbano.

2.2 A ORIGEM DAS CIDADES

Desde os seus primórdios, o homem necessitou de viver em grupos para melhor se organizar e poder procurar meios de sobrevivência, com o surgimento das necessidades diferenciadas como o alimento, passou a se aglomerar em determinados lugares em busca de manter a produção de alimentos e de outros recursos para a sobrevivência. Assim contribuiu para o surgimento das cidades, sempre perto de uma fonte de água saudável.

A cidade se origina a partir da existência das funções urbanas, pois ela é uma realização humana, uma criação que vai se construindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas (FANI, 1997).

Essa origem das cidades tem como base a economia. A periferização por sua vez, é consequência também dos assentamentos, das invasões e loteamentos em bairros que surgem ao redor das cidades. É nas periferias que moram as pessoas de baixa renda que buscam melhores condições de vida nas cidades e acabam se deparando com outra realidade.

No período nômade, ou seja, quando o homem não se fixava em um habitat, o que existiam eram instrumentos e meios de sobrevivência rudimentares. Com o desenvolvimento constante de técnicas de trabalho como a irrigação, adubagem, criação de veículos à roda, a descoberta de novas técnicas agrícolas, assim como os avanços no relacionamento social, propiciaram o surgimento das vilas que iam se desenvolvendo e ampliando sua população, transformavam-se em cidades cada uma com aspectos diferentes devido ao contexto histórico individual (FANI 1997).

Essas periferização que acontece na atualidade também surgiram nas cidades antigas não é exclusividade das cidades modernas, a exclusão social, a periferização, os assentamentos e as demais formas de urbanização já era comum nas cidades antigas.

Sposito (1988) aborda que antes de existirem as cidades, na era paleolítica os nômades, embora não possuíssem morada fixa, viviam em cavernas, ambiente no qual se sentiam seguros, local utilizado para o acasalamento e para guardar os seus instrumentos. O que se pode depreender é que mesmo sem nenhum tipo de organização, neste período já existiam traços de surgimento das cidades, afinal o homem paleolítico já possuía um grau de relacionamento com um espaço físico.

Num segundo momento se tem o período mesolítico no qual o indivíduo passa por algumas transformações acompanhadas de uma revolução agrícola, começa-se então o processo de domesticação humana, a partir desse instante o homem deve ocupar uma área, momento no qual surgiram as aldeias, que marcaram a vida do homem neolítico. (SPOSITO, 1988. p. 13)

Com a criação das aldeias a humanidade passa a ter a primeira característica que iria compor as cidades, um aglomerado de casas, só que ainda de forma bastante rudimentar, pois não havia a civilização como a da atualidade e nem a complexidade de organização social como no meio urbano, principalmente por não existir a divisão do trabalho, considerada a principal característica da vida na cidade. (FANI, 1997)

Quando começa a existir a divisão do trabalho, que não era mais somente agrícola divide-se também a sociedade em classes, o que vai levar cada grupo a se organizar e realizar atividades diversificadas tem-se nesse estágio a separação entre cidade e campo (SPOSITO, 1988)

Nesse contexto Paul Singer (1973) considera que o campo se caracteriza pela sua auto-suficiência, pois lá se produz o necessário para a sobrevivência dos seus habitantes. A partir do momento em que o campo passou a produzir além do necessário à sua subsistência, o produtor rural começa a transferir o seu excedente produtivo à cidade, logo o campo precede a vida urbana na cidade.

Para esse autor as duas fases de fundamental importância para a construção das cidades foram a diferenciação da sociedade rural auto-suficiente, e a divisão do trabalho que começa após a existência da cidade. Não se sabe ao certo o momento exato que se originou as primeiras cidades.

[...] provavelmente essa origem aconteceu por volta de 3500 a.C., seu aparecimento foi na Mesopotâmia, área compreendida entre os rios Tigre e Eufrates, e posterior no rio Nilo por volta de 3100 a. C.. Essas cidades mais antigas tinham em comum sua localização que eram sempre próximas a rios onde predominava o clima semi-árido”. (SPOSITO, 1988, p. 19)

Após a queda do Império Romano o mundo vive outra fase que é a chamada Idade Média que teve a predominância do modo de produção feudal, o sistema era de subsistência e o elemento essencial era a terra, e o poder político se concentrava nas mãos dos detentores dos grandes latifúndios, os senhores feudais que ditavam as leis sob seus vassallos, nome dado aos trabalhadores, servos. O ambiente nesse momento era os burgos, castelos cercados por muralhas que serviam de refúgio para os servos, nesta fase tanto o comércio como a pequena produção artesanal se perderam, desaparecem os traços urbanos, tem-se “cidades” irregulares pela estrutura dos muros, as únicas construções públicas eram as igrejas (SPOSITO, 1988).

Para a construção da sociedade capitalista vários fatores foram importantes, como a revolução industrial, as grandes navegações, a reforma protestante e a revolução francesa. Durante a Idade Média o mundo vivia o período de tumulto, pois o mundo vivia a era da produção feudal. Neste contexto as grandes navegações mostraram a necessidade de conhecer, dominar e conquistar novas terras era necessário expandir as fronteiras e a abrir novos mercados, assim a cultura passou a ser difundida, foi o primeiro processo de globalização do mundo depois do domínio romano que impunha sua forma de viver e pensar as terras conquistadas. O mesmo aconteceu com a Europa na conquista do novo mundo, assim a sua cultura eram impostas as novas terras e as culturas já existentes eram dizimadas.

Com a crise do feudalismo em torno do século XIII, começam a surgir novos aglomerados que se tornaram cidades e passaram a realizar atividades comerciais e a confeccionarem o artesanato. Começa-se então o Renascimento Urbano que só foi possível devido a reativação do comércio enquanto atividade econômica urbana. A humanidade começa a criar as condições para a implantação do novo modo de produção, o modelo capitalista que no seu processo de formação teve como classe dominante a burguesia que buscava cada vez mais o acúmulo de capital, o que propiciou o desenvolvimento de muitas cidades recém criadas, através do comércio.

A busca da população pelas zonas urbanas surge a partir da procura por melhores condições de vida, e da perspectiva por emprego e renda, nesse crescente povoamento aparece o mercado urbano que nasce da concentração de atividades diretamente realizadas com mercadorias, e atividades desempenhadas pelo âmbito familiar, que tornam possível a circulação dessas mercadorias (PEDRÃO, 2002).

Assim, como na época do feudalismo em que os artesãos saíram de suas casas para a cidade em busca das melhores condições de vida e de trabalho nas cidades capitalistas que surgiam hoje a procura pelos melhores salários e qualidade de vida ainda levam a população carente a mudarem para os grandes centros urbanos, e acabam por sua vez instalando-se nas regiões distantes do centro comercial urbano, contribuindo com a formação das periferias.

Para Castells (2000), a urbanização é uma consequência mecânica do crescimento econômico, mais especificamente da industrialização, para ele urbanização e desenvolvimento econômico estão interligados, e o desenvolvimento é o caminho das sociedades na medida em que essas manifestam o espírito de empreendimento. Na sua obra *A Questão Urbana*, trabalha também sobre o termo hiperurbanização, conotando a idéia de uma urbanização superior aos níveis normais de industrialização:

A hiperurbanização aparece como um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que ela imobiliza os recursos sob a forma de investimentos não produtivos, necessários à criação e à organização de serviços indispensáveis às grandes concentrações de população, enquanto essas não se justificam como centros de produção. (CASTELLS, 2000, p. 79).

A urbanização desordenada gera problemas de grandes dimensões, como a falta de moradia e saneamento básico, além das demais necessidades básicas que devem ser supridas com

eficiência acabam não sendo e gerando problemas de ordem pública. Esses problemas vão de violência urbana, as doenças e as demais patologias sociais que surgem com a exclusão social.

2.3 A URBANIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil a urbanização começou de forma lenta, durante alguns séculos o país era inteiramente agrário e as primeiras regiões a demonstrarem essenciais sintomas desse processo foi o Recôncavo Baiano e a Zona da Mata. Ainda sob grande dominação estrangeira surgem as primeiras cidades como Rio de Janeiro e a elevação de algumas vilas a categoria de cidades como foi o caso de Olinda e São Paulo, dessa forma o que impulsionou o povoamento nas primeiras vilas foi a expansão mineral e o comércio agrícola no interior do país, foi o que aconteceu com Manaus, Belém e Cuiabá que durante a fase de glória do extrativismo brasileiro se tornaram as cidades mais populosas (SANTOS, 1994).

A partir da segunda metade do século XIX, com a produção do café, o Estado de São Paulo se transforma em um pólo dinâmico abrangendo os Estados mais ao sul como Rio de Janeiro e Minas Gerais, isso foi possível acontecer devido a implantação das estradas de ferro, melhoria no sistema de comunicação além das melhores condições dos portos; sem contar que nesse eixo se instalaram os influxos do comércio com o exterior, características capitalistas no processo produtivo, e maior nível de consumo, além disso a forte divisão do trabalho atua nesta área propiciando o desenvolvimento econômico mais acelerado que no restante do país. (SANTOS, 1994).

O processo de urbanização no Brasil se torna mais latente a partir da Segunda Guerra Mundial com um forte crescimento demográfico acompanhado de um intenso êxodo rural, nesta fase a taxa de natalidade duplica e a mortalidade diminui bastante devido aos avanços nas condições sanitárias e de saúde da população e relativa melhoria nos padrões de vida.

No recenseamento de 1991 tivemos os dados apontando uma taxa de urbanização superior a 75%, mais adiante no ano 2000 essa taxa já ultrapassava o percentual de 80% o que mostra que esse processo vem se dando de forma constante e diversificada de região para região devido as dinâmicas diversas de cada localidade, como dinâmicas políticas, demográficas, culturais e sócio econômicas. (SANTOS, 1994, p. 69)

Esse autor aborda ainda que uma das fases que serviu como marco para o desenvolvimento econômico do Brasil, foi o período ditatorial com o golpe militar em 1964. Nesse período houve grandes incentivos à exportação, principalmente de produtos agrícolas que passaram a ser produzidos em larga escala devido a modernização do processo produtivo o que proporcionou a internacionalização do comércio, a população viveu nesse período o chamado milagre econômico.

As transformações sofridas pelo Brasil que o levou a uma sociedade cada vez mais urbana decorrem principalmente de quatro processos:

1. O primeiro é reflexo, ainda da penetração de relações capitalistas no campo, o que acarreta a proletarização dos agricultores mais pobres, que acabam migrando para as cidades à procura de emprego.
2. Outro processo se mostra pela pressão causada sobre a terra em algumas áreas rurais, onde a introdução através das cidades, de melhoramento no sistema sanitário e de higienização, provocou uma diminuição da mortalidade infantil e em consequência um aumento da população que não tem como ser absorvida pelo campo devido às condições físicas do mesmo.
3. O terceiro é consequência da expansão das fronteiras agrícolas, onde as pessoas atingidas pelos processos acima, migravam em busca de novas terras.
4. E por fim o último fator é demonstrado pela atração que a cidade exerce sobre a população rural, que migram em busca de melhores perspectivas e condições mais dignas de vida e trabalho. (OLIVEN, 1982, p. 46)

Na era da divisão do trabalho cada vez mais complexa, as cidades se tornaram também complexas, e quanto mais intensa essa divisão numa área, mais cidades surgem e maiores são as diferenças entre elas. No Brasil, o número de habitantes urbanos se multiplicou e as cidades médias nas quais abrigavam vinte mil moradores passaram a comportar cem mil. Com isso, o constante crescimento do sistema urbano foi possível devido a presença de indústrias com alta capacidade produtiva, com poder de mudanças tecnológicas e grande capacidade de inovação, o que estimulou mudanças profundas na estrutura urbana brasileira.

Analisando no século XXI as grandes cidades no país fica explícito a separação existente entre as classes mais favorecidas e as miseráveis, o que permite concluir a existência de um grande paradoxo entre as condições de vida dos moradores das regiões ricas e os “favelados”. A favela é um tipo de moradia bem expressiva da classe de trabalhadores urbanos sem acesso ao mercado imobiliário que constroem suas residências sob condições precárias (MARICATO, 2001).

Essa discrepância é tamanha nos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se localiza o eixo de dinamismo econômico do país, entretanto essas economias se baseiam na exploração da força de trabalho sujeita a salários muito baixos e não consegue incorporar toda

a população urbana ao mercado formal de trabalho, o que leva a existência de um número absurdo de postos de trabalho irregulares pertencente na grande maioria dos casos a cidadãos migrantes que passaram a compor a formação das periferias dos grandes centros urbanos do Brasil.

Esse exército de migrantes da zona rural para a urbana em busca de emprego é elemento fundamental para a existência do baixo padrão salarial no país. Essa massa de trabalhadores se submete a salários desleais, devido ao baixo nível de capacitação profissional e pelo fato das terras serem monopolizadas. Essa mesma população é que constrói os bairros pobres devido às condições subumanas em que vivem. Não conseguem habitar as proximidades do centro urbano e acabam se instalando nas extremidades. (MARICATO, 2001).

No município de São Paulo no ano de 2003 mais de 20% da população residia nas favelas; no Rio de Janeiro 17,56% e na cidade de Recife 46% da população (COGGIOLA,2003). Principalmente no Estado de São Paulo, esse processo se dá com a invasão de áreas públicas ou privadas, de forma coletiva ou individual e naqueles terrenos de pior acesso, de alta declividade e a beira de córregos. As favelas brasileiras só ganharam expressividade a partir da década de 1940 no Rio de Janeiro, apesar da história da população já ser de um cotidiano em cortiços, casebres e casas nas periferias (Coggiola,2003).

Ainda na década de 1940 mudou-se também o formato das construções, os grandes edifícios de apartamentos passaram a ganhar espaço no Rio de Janeiro, e com os incentivos do Sistema Financeiro da Habitação, a partir do ano de 1964, o mercado imobiliário se consolidou. As reformas urbanas sofridas pelo Brasil no final do século XIX e no início do século XX, deram margem ao crescimento da periferia.

[...] realizaram-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2001, p. 17).

Portanto, no Brasil as reformas eram realizadas da mesma forma que surgiram na Europa, o embelezamento do centro a melhoria das condições de saneamento básico e de saúde da população implicando na exclusão de outra parte da população, a massa trabalhadora que era direcionada para a parte mais distante da cidade criando a periferia das cidades que estavam em constante crescimento.

No próximo capítulo será abordado o processo de urbanização do município de Vitória da Conquista, o contexto histórico da cidade, dentre outros aspectos.

3 A URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O presente capítulo trata aspectos relacionados a evolução histórica e socioespacial do município de Vitória da Conquista, sua localização e suas atividades econômicas.

O município é na atualidade o terceiro maior no estado da Bahia, teve seu primeiro Plano Diretor Urbano elaborado no ano de 1976 e reformulado em 2006. Mesmo com a implantação do PDU, o município se expandiu de forma desorganizada, gerando assim os vazios urbanos e a supervalorização de algumas áreas em detrimento de outras.

O processo de periferização de Vitória da Conquista começa a tomar forma desde a sua criação, através da migração de pessoas das cidades circunvizinhas, a exemplo de Itambé, Anagé. Esses migrantes por não possuírem recursos financeiros suficientes para residirem no centro urbano, passavam a habitar as zonas mais distantes da cidade criando assim as periferias, a exemplo do loteamento Henriqueta Prates.

3.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SÓCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

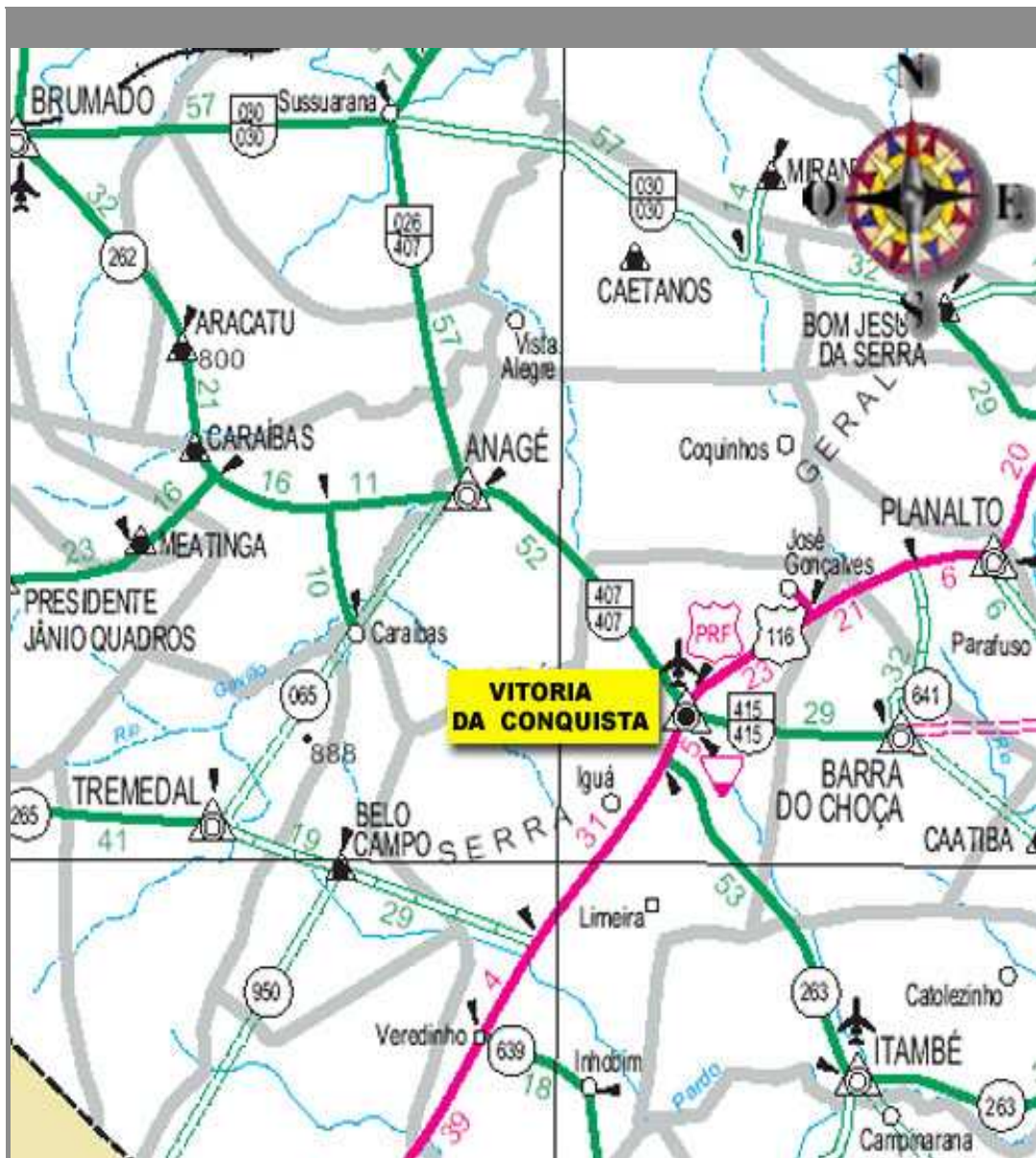
As cidades no Brasil sempre surgiram com a igreja no centro, os prédios públicos no seu entorno, assim no centro as elites dominantes, enquanto a massa trabalhadora ficava nos arredores da cidade. (SPOSITO, 1988)

O município de Vitória da Conquista encontra-se localizado na microregião do Planalto da Conquista, Sudoeste do Estado da Bahia, sua área é cerca de 3.743 km² entre distrito e zona rural, e é a terceira maior cidade da Bahia, sua economia compreende atividades agropecuárias, industrial (bebidas, alimentos, couro e peles), comercial tendo como destaque o cultivo do café. O primeiro nome recebido pela localidade foi Sertão da Ressaca, devido ao fenômeno da invasão das águas dos rios sobre o sertão, ainda no período colonial o desbravador João Gonçalves da Costa ocupou o território em busca de metais preciosos, que já havia se esgotado em Rio de Contas, embora não tendo encontrado ouro nesta região ele se instalou e fundou o Arraial da Conquista (TANAJURA, 1992).

Vitória da Conquista tem clima tropical amenizado pela altitude do lugar, é uma das cidades baianas com temperaturas mais baixas chegando no inverno a casa dos 10° e constante neblina, sua altitude varia entre 900 metros nas partes mais baixas e 1000

metros no alto da Serra do Periperi, a situação do relevo do município, o território possui uma topografia irregular, pertencente ao antigo planalto brasileiro, em particular ao planalto do sul baiano, sua superfície se caracteriza como de denudação sobre os sedimentos do grupo Barreiras, construídos de cascalho, areias e clássicos silto-argilosas.(TANAJURA, 1992, p. 19-20)

Mapa 1- Localização geográfica do município de Vitória da Conquista



Fonte: Google, 2009.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009) relacionado ao crescimento populacional do município de Vitória da Conquista percebe-se uma evolução, em 1940 sua população era de 33.556 habitantes, em 1950 passou para 46.456, em 1960 já era cerca de 80.113, em 1970 elevou-se para 127.528, chegando em 1985 a

194.299 habitantes. De acordo dados mais recentes Vitória da Conquista concentra hoje um número de 318.901 habitantes (IBGE, julho,2009).

O estudo sobre a gênese do município de Vitória da Conquista no qual, só possuía uma pequena aglomeração humana no ano 1780, aproximadamente sessenta pessoas, no período de alguns anos esse Arraial se desenvolveu de forma muito lenta. As atividades econômicas giravam em torno do cultivo de algodão e a passagem das boiadas que eram conduzidas para a capital, já no ano de 1840 o Arraial é elevado a condição de Vila foi quando começou as preocupações com o planejamento.(TANAJURA, 1992)

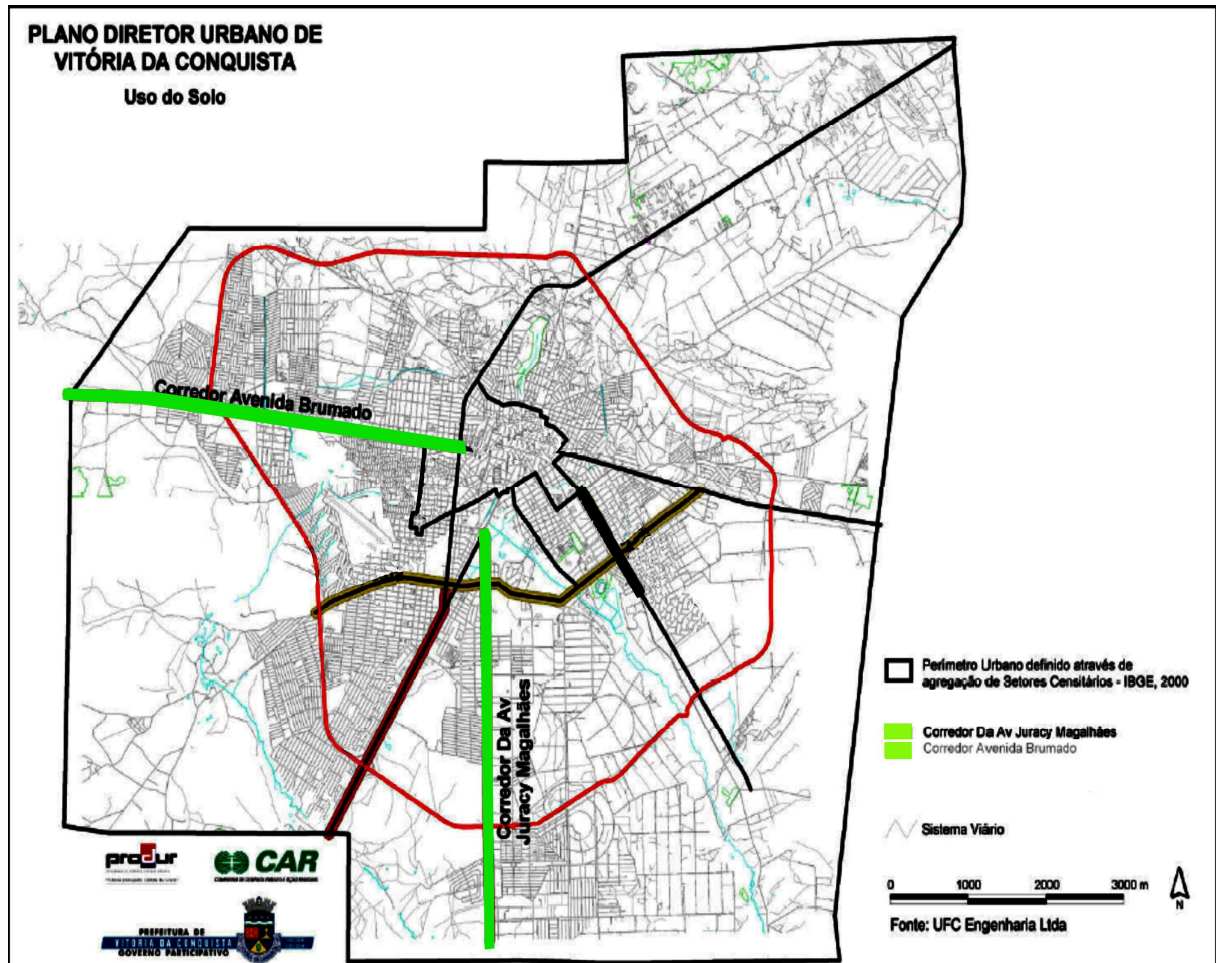
Após a elevação do arraial à conciliação de vila ocorreu a preocupação inicial em disciplinar a ocupação do solo, mediante arruamento, [...]. O disciplinamento inicial levou em conta deixar desimpedido o acesso a fonte de abastecimento d'água, que emanava do Poço Escuro, a articulação com a estrada geral [...] e com a Estrada do Choça. Medeiros (apud FERRAZ, 2001, p. 30)

O município de Vitória da conquista sofreu ao longo da sua história várias mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas, no decorrer do século XIX o crescimento urbano foi lento e ocorreu no sentido norte-sul, já na década de 1940 do século passado Vitória da Conquista acompanhou o processo de urbanização ocorrido no Brasil e aumentou a sua malha urbana, nesse mesmo período amplia-se também o comércio local (FERRAZ, 2001, P. 31)

Na década de 1970, começa-se uma política agrária destinada a ampliação do cultivo do café, o município foi um dos que recebeu incentivos financeiros do governo juntamente com as regiões do sul e sudeste do país, para intensificar o cultivo do café, que passou a ser a principal fonte de riqueza da cidade e região, e correspondem a 30% da produção de todo o Estado. É nesse contexto de expansão territorial e com a abertura da BR 116 cortando a cidade que foram implantados loteamentos e bairros como o Bairro Brasil e mais recentemente rodovias a partir da década de 1990 que se encontravam dentro da cidade foram transformadas em avenidas como a Avenida Brumado e a Avenida Juraci Magalhães duas vias de importantíssimo acesso do centro aos bairros mais distantes (mapa 02).

Além desses aspectos o que impulsionou a transformação da configuração territorial de Vitória da Conquista foi a prática de parcelamento do solo urbano, é uma prática utilizada desde o século passado e que foi mais intensificada nos anos 80 e consiste na concentração de implantação de loteamentos (FERRAZ,2001, P. 33).

Mapa 2- Localização das Avenidas Brumado e Juracy Magalhães



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2009.

A população conquistense até meados da década de 50, era rural, os dados demonstrados pelo censo do IBGE apontaram cerca de 74,3% dos moradores residindo na zona rural, na década seguinte 1960, esse percentual havia diminuído passando à 58,4%. Após dez anos essa situação havia se invertido e a maior parte da população agora estava residindo na zona urbana (60,7%) já os dados censitários referentes ao ano de 2000 revelam que esse crescimento populacional alcançou o nível de 85%, ou seja, o êxito rural contribuiu para engrossar o número de pessoas residentes na cidade e com isso, a cidade começa a ampliar seu espaço físico e, conseqüentemente, o número de pessoas que começam a residir nas regiões periféricas, sobretudo, consubstanciando a ocupação com habitações irregulares muitas vezes sob forma de invasão, a exemplo o loteamento Henriqueta Prates.

Tabela 1-Crescimento populacional do município de Vitoria da Conquista de 1950 a 2000

Ano	População		%		TOTAL
	Rural	Urbana			
1950	26,993	19,463	74,3	25,7	46,456
1960	31,401	48,712	39,3	60,7	80,113
1970	41,569	85,959	32,5	67,5	127,528
1980	43,245	127,652	25,3	74,7	170,897
1991	36,740	188,351	16,3	83,7	225,091
1996	37,860	204,295	15,6	84,4	242,155
2000	37,155	225,430	14,1	85,9	262,585

Fonte:Censo Demográfico- IBGE-1950,1960,1970,1980,1991,1996 e 2000;Contagem Populacional- IBGE-1996.

Diante desses dados percebe-se que ao longo da história o município diversificou suas atividades econômicas de outrora. As atividades agropecuárias era o carro chefe da economia local nos últimos 10 anos esse espaço foi ocupado por atividades comerciais e de prestação de serviços. Percebe-se, portanto que a economia da Cidade de Vitória da Conquista ao longo de sua história vem se diversificando bastante, afinal a produção de café e agropecuária de uma forma geral já se consolidou, porém o comercio continua em ascensão, a indústria vem se expandindo além do setor de serviços como educação e saúde como citado acima estão em uma fase esplendorosa, o que atrai uma população de migrantes muito grande e isso tem contribuído para a expansão urbano-territorial e econômica do município.

De acordo com o Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista de 1990 a cidade se tornou um centro de serviços, com um comércio varejista bem desenvolvido sendo um centro do comércio da região sudoeste da Bahia. O setor de atendimento a saúde e de hotelaria de melhor qualidade, para os padrões do interior baiano. No século XXI o município apresenta uma atividade agrícola já consolidada, rumo à verticalização, a ampliação do frigorífico municipal é um exemplo importante nesse setor, que além de melhorar a qualidade dos produtos contribuiu para a ampliação dos postos de trabalho na cidade.

3.2 DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Na intenção de organizar o crescimento da cidade que acontecia de forma desorganizada, a Prefeitura resolveu firmar um contrato com a Universidade Federal da Bahia para a criação do Plano Diretor Urbano do município, o primeiro plano foi formulado no ano de 1976, de acordo com a lei nº 118 de Dezembro de 1976. A elaboração desse relatório ocorreu em três etapas, a primeira consistia na investigação e análises de dados levantados junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, a segunda etapa se baseou na elaboração de hipóteses relativas ao desenvolvimento urbano e a última etapa diz respeito a todas as proposições relacionadas nas etapas anteriores como pesquisa de campo e outros aspectos estudados. A sua mais nova reformulação foi feita no ano de 2006, com a criação do novo Plano Diretor baseado na lei nº 1385/06, o PDU traz como princípios e objetivos básicos:

1. Justiça social e redução das desigualdades sociais;
2. Inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes, particularmente as crianças, os idosos e os portadores de necessidades especiais;
3. Promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a valorização dos recursos naturais e culturais;
4. Direito à Cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
5. Respeito às funções sociais da Cidade e à função social da propriedade;
6. Prioridade ao transporte coletivo público, adaptando-o para utilização pelos portadores de necessidades especiais;
7. Fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle;
8. Participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão;
9. Compreensão do Plano Diretor Urbano como parte de um processo de planejamento municipal permanente e contínuo, de caráter técnico e político, baseado na participação, negociação e cooperação;
10. Visão estratégica de planejamento, respaldada num projeto de cidade construído pela sociedade e caracterizada pela viabilidade e oportunidade das propostas (PDU II VC, lei 118, p. 05-06).

De acordo com a lei federal n ° 118/76, na qual foi fundamentado o primeiro plano diretor do município, o loteador tem a obrigação de realizar as obras exigidas pela legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação nos loteamentos, a demarcação dos lotes e das quadras e também a realização das obras de escoamento das águas pluviais. No campo real sabemos que antes e até mesmo depois da formulação do Plano Diretor, muitos loteamentos e edificações foram consumados sem a observância dos padrões legais contidos

no PDU e isso ocorreu de forma mais constante nos bairros mais afastados do centro da cidade, ou seja, na periferia (FERRAZ, 2001).

A implantação desses loteamentos teve como objetivo atender a uma demanda totalmente variada, dessa forma as condições estruturais e de localização foram se diferenciando de acordo com as características econômicas da classe ao qual era destinado, no início os loteamentos foram de caráter popular, para atender a população menos favorecida, mas logo passaram a ser destinados também as classes média e alta (FERRAZ, 2001).

O Plano Diretor Urbano (LEI 118/76) de Vitória da Conquista, apresenta uma preocupação em relação à classe social e a categoria econômica do setor residencial onde cada loteamento será implantado. Essa preocupação se dá no sentido de definir o tamanho mínimo da área de cada lote, definem-se assim os padrões para as zonas residenciais destinadas a população de uma determinada condição socioeconômica o que veio a provocar uma “separação” entre os bairros ricos e os pobres na cidade; percebemos também que nos loteamentos destinados à população de classe média ou alta, as exigências de realização de obras infra-estruturais são mais rigorosas que nos loteamentos mais populares. Diante dessa realidade se comprova a teria da concentração das desigualdades de renda e exclusão social exposta por Fernando Pedrão (2002).

Nos anos compreendidos entre 1977 e 1986 Vitória da Conquista cresce e sua expansão cria os vazios urbanos, na tentativa de preencher esses vazios a Prefeitura implantou cerca de dez assentamentos populares nas áreas periféricas, descritos posteriormente na tabela 03. E na década de 1980 foram também implantados os conjuntos habitacionais do Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), destinados a população de renda média, e no início da década de 1990 foram abertos novos conjuntos na direção noroeste da cidade que foram as Vilas Serranas I, II, III e IV, e em direção ao leste, criou-se o Morada do Bem Querer (FERRAZ, 2001).

De acordo com a Secretaria Municipal de Transporte, Transito e Infra- estrutura Urbana, na Coordenação de Departamento de Urbanismo (2009), que antes era conhecida como Secretaria de Obras, foi possível verificar evolução no número de alvarás emitidos a partir do ano de 1985 até 1997 foram liberados um total de 121 loteamentos, e de forma mais específica um número de 3.031 novas residências foram construídas neste mesmo período no município. A tabela abaixo mostra o número total de alvarás emitidos entre o ano de 1998 até 2008, compreendendo assim os avanços em uma década.

Tabela 02- Tipos de Alvarás emitidos em Vitória da Conquista de 1998-2008.

TIPOS DE ALVARÁ	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	N.T
Residencial	160	179	186	208	220	249	189	201	278	228	274	2372
Comercial	43	48	66	61	34	57	53	47	48	76	99	632
Industrial	1	0	0	1	0	1	3	5	7	3	5	26
Diversificado	18	14	27	42	14	21	15	26	38	48	33	307
Institucional	4	5	9	4	1	3	6	4	3	5	8	56
Público	1	1	0	0	0	0	3	2	17	2	7	33
Popular	132	575	1085	542	643	275	499	249	255	268	271	4923
Demolição	13	26	37	24	27	31	26	39	46	48	51	391
Reforma	13	18	12	18	14	15	12	11	17	11	15	183
Desmembrados	52	58	57	51	74	104	65	85	55	39	47	744
Loteamento	1	4	5	1	2	3	5	0	2	4	2	54
Outros **	14	2	35	19	16	2	16	6	10	35	17	208
TOTAL	452	930	1519	971	1045	761	892	675	776	767	829	9929

FONTE: Coordenação do Departamento de Urbanismo, 2009

** Alvarás de alteração de loteamento, alterações de quadras, pavimentação, instalação de torre, etc...

Os dados expostos na tabela acima mostram o grande aumento do número de alvarás de padrão popular até o ano 2000, depois desse período esse número sofreu uma queda começando a crescer novamente em 2005, é visível também que o número de construções residenciais tem sofrido um aumento constante ao longo desse período, o que identifica uma rápida expansão urbana no município, o número de loteamentos passou também por alterações chegando ao ano de 2005 a não ter nenhum loteamento aprovado pela prefeitura.

Conforme dados obtidos também pela Secretaria de Urbanismo do Município, entre a década de 1970 e 1990 foram deferidos 162 loteamentos, e outros dez foram legislados, na cidade,

Mas, no entanto, o número de loteamentos existentes é bem maior, e isso acontece em função de muitos desses loteamentos serem abertos de forma irregular sem considerar as leis vigentes e à revelia das autoridades competentes.

3.3 PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR

A questão habitacional é fundamental nas discussões a cerca de planejamento urbano. Já que este é um direito do cidadão sendo condição básica para a qualidade de vida, além de se tratar de uma mercadoria que faz parte do mercado imobiliário e que pela incapacidade aparente da população em adquirir passa a ser um problema de interesse social.

Criado a partir de políticas públicas o Programa de Habitação Popular passou a atuar na cidade após a década de 1980 e contribuiu para a redução do déficit habitacional que era estimado em 10 mil unidades segundo dados do Programa Municipal de Habitação Popular além de déficits qualitativos como:

- 35% de vias pavimentadas
- 80% de ruas com iluminação pública
- 20.256 domicílios sem abastecimento de água (98771 pessoas)
- 37.401 domicílios sem esgotamento sanitário
- 14.670 domicílios sem coleta de lixo adequada

O que significa quase 20.000 domicílios com infra-estrutura inadequada, correspondendo a 39,3% do total de domicílios urbanos, demonstrando fortemente o apelo a um melhor planejamento urbano no município.

O Programa Municipal de habitação Popular tem como objetivo, em parceria com os demais órgãos da administração Municipal, a emissão de planejamento, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de habitação no Município de Vitória da Conquista.

A atuação do Governo Municipal é institucionalizada mediante a lei 570 de maio de 1991, com a criação do PMHP:

Entre 17 e 19 de maio de 2002, foi realizada a I Conferência Municipal de Habitação Popular, precedida por 15 pré-conferências, contando com a representação da população dos diversos bairros da periferia da Cidade, onde se discutiram os problemas e apresentaram sugestões para a elaboração de uma nova política municipal de habitação popular. Resultou desta Conferência um Projeto de Lei instituindo novo Programa de

Habitação e seus subprogramas, criando o Conselho Municipal de Habitação Popular, ainda não existente, e viabilizando o efetivo funcionamento do Fundo Municipal de Habitação Popular. (RELATORIO DO PDU VC, Volume I p. 92. 2004).

Esse programa foi criado, devido ao impulso da população que nesse período lutava pelo direito de ocupação do solo urbano, foi quando o poder político local na tentativa de garantir a campanha eleitoral de 1988 sancionou a lei que criou o programa, e o primeiro passo foi a abertura de novos assentamentos populares, a exemplo do assentamento Henriqueta Prates em 1988 com 473 lotes, e posteriormente criou-se o Alto da Conquista em 1990 e o assentamento Conjunto da Vitória em 1990 totalizando assim, com os demais dez áreas e 2.736 lotes em 1996. (FERRAZ, 2001).

Tabela 3- Assentamentos implantados pelo Programa Municipal de Habitação Popular, 1988-2003

NOME DO ASSENTAMENTO	ANO DE ABERTURA
Henriqueta Prates	1988
Alto da Conquista	1990
Conjunto da Vitória	1990
Nova Cidade	1991
Nova CAP	1991
Bruno Bacelar	1992
Renato Magalhães	1992
Santa Helena	1993
Parque da Colina	1996
Ubaldo Figueira Gusmão	1996
Cidade Modelo	2000
Vila América	2003

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Vitória da Conquista

De acordo com o PDU, a partir de então com a continuidade da discussão, foi aprovada a Lei nº 008 que regulamenta o Programa de Habitação Popular proposto na conferência, objetivando melhoria das unidades habitacionais assim como regularização urbanística, imobiliária e fundiária dos assentamentos de população de baixa renda e a utilização de

equipamentos e serviços públicos visando a redução do déficit habitacional do município e diminuição das desigualdades sociais.

Destaca-se nesta Conferência de Habitação alguns assuntos abordados:

- A articulação das ações para a produção da habitação popular com geração de emprego e renda e com os programas dos Ministérios da Cidade e do Trabalho;
- Escassez de recursos para a produção de habitação e implantação de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem pluvial, iluminação) e equipamentos e serviços públicos (educação, saúde, transporte, limpeza urbana e coleta de lixo);
- Parcerias com concessionárias para implantação de infra-estrutura (água, esgoto, energia, etc.) em assentamentos para a baixa renda;
- Enfrentamento prioritário do problema das ocupações (sem teto) com ações preventivas, buscando vencer a morosidade do poder público e antecipar-se às ocupações pelos movimentos de moradia;
- Controle dos empreendimentos habitacionais para a classe média de modo a inibir os preços abusivos praticados pelos empreendedores e a incidência de imóveis vazios-fechados;
- Combate rigoroso da especulação imobiliária, evitando a geração e manutenção de vazios urbanos (terrenos de engorda);
- Qualificação da mão de obra para a construção da habitação popular; (PLANO DIRETOR URBANO, 2006).

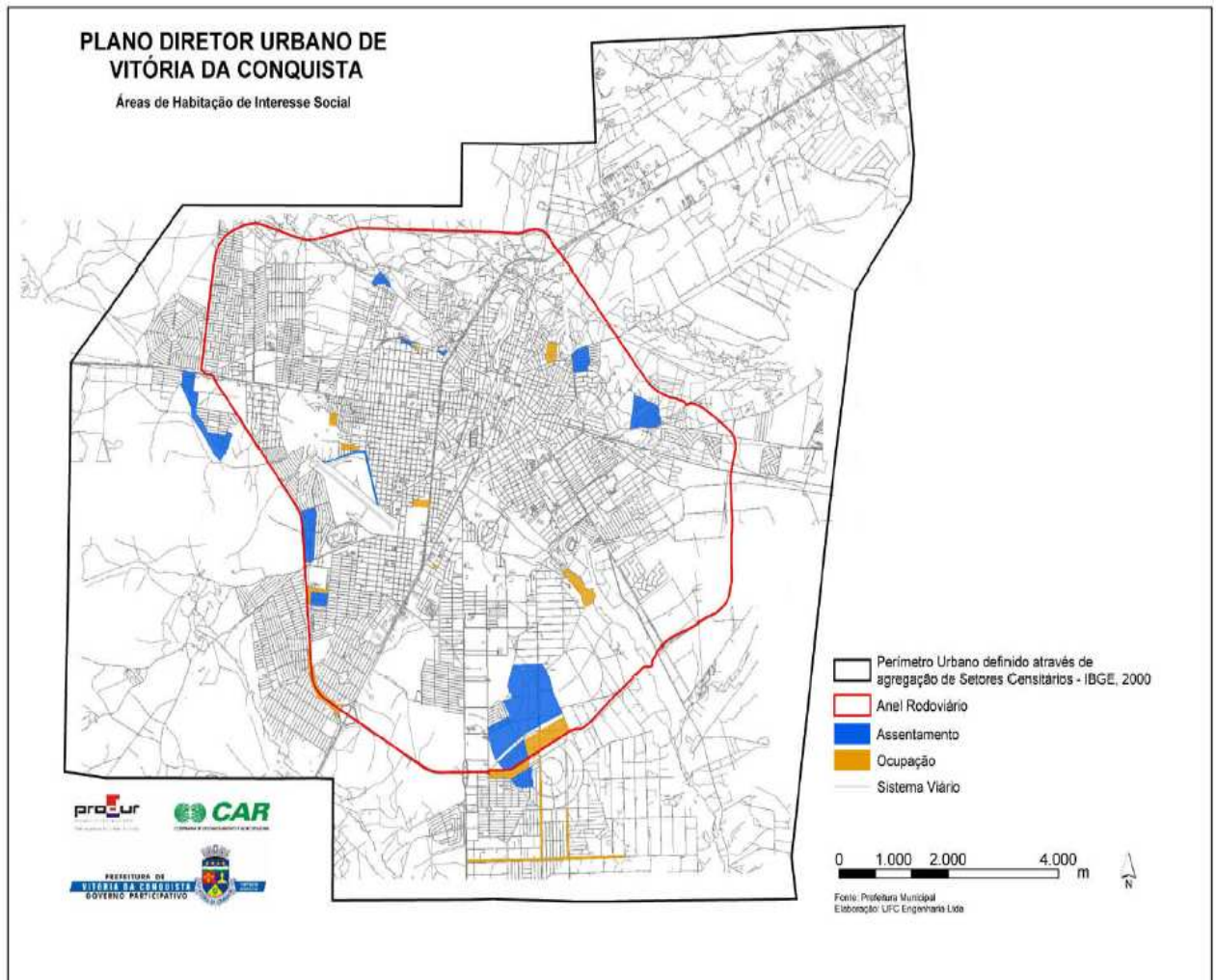
O Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) estabelece:

- A clientela como a população residente no município de Vitória da Conquista, que recebe no máximo remuneração mensal de até 03 (três) salários mínimos, desprovida de moradia ou que more em situação precária, ocupando áreas de risco, de preservação ambiental ou imprópria ao uso habitacional, e espaços alugados ou cedidos de forma provisória;
- A participação efetiva da comunidade no estudo, encaminhamento, execução e gestão dos Projetos Habitacionais e dos Planos de Urbanização de áreas;
- Áreas especiais de habitação popular (ver mapa 01) e orienta a elaboração dos respectivos Planos de Urbanização, que deverão conter os padrões específicos
- de edificação, uso e ocupação do solo, a rede de infra-estrutura e a fixação de preço e forma de financiamento, transferência ou aquisição dos terrenos e/ou unidades habitacionais produzidas. (PLANO DIRETOR URBANO, 2006)

Como Sub-Programas:

- Concessão de Lotes ou unidades habitacionais;
- Construção e Melhoria de Moradias Populares;
- Apoio à Organização Comunitária;
- Geração de Emprego e Renda;
- Infra-estrutura, Saneamento Básico e Urbanização, compreendendo a implantação de equipamentos e serviços comunitários de transporte, saúde, educação, cultura, esportes e lazer;
- Regularização Fundiária e urbanística das ocupações consolidadas
- Re-assentamento de famílias assentadas em locais impróprios ou de interesse municipal.

Mapa 3 - Áreas de habitação de interesse social



Fonte: Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista ,2006, planta03

De acordo o mapa 03 as áreas de interesse social, são áreas de adensamento condicionado, onde se encontram os assentamentos de baixa renda.

Abrange as localidades: bairros Nossa Senhora Aparecida, Ibirapuera e Zabelê, os loteamentos Henriqueta Prates, Miro Cairo e Recanto das Águas. As diretrizes que se aplicam nestas áreas são as seguintes:

I-Controle de densidade, condicionando seu implemento à pavimentação e implantação de redes de infra-estrutura e serviços urbanos e qualificação de sua estrutura urbana, observando-se:

- a) Densidade Bruta Média de: 90 hab/há;
- b) Densidade Líquida Máxima: 200 hab/há;

c) Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1,0;

d) Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 1,5.

I-Preenchimento dos vazios urbanos, parcelando o solo de acordo com a qualificação da estrutura urbana local, respeitando as restrições ambientais do sítio e considerando a malha viária existente;

II-Incentivo a utilização dos lotes vazios, nas áreas infra-estruturadas;

III-Ampliação dos espaços públicos e de lazer; (nos bairros nobres)

IV-Adequação do sistema viário e do sistema de transporte ao processo de desenvolvimento urbano; e

V-Melhoria na qualificação de infra-estrutura, principalmente drenagem, esgotamento sanitário e sistema viário. (PDU VC, LEI N° 1385/06)

Conforme o Plano Diretor Urbano a política habitacional deve usar como parâmetro de auto avaliação e mensuração, os avanços alcançados no município pelo PMHP, as políticas públicas do governo federal, bem como os indicadores que orientem o acompanhamento tais como: Déficit domiciliar, Nível de Renda e Demanda Demográfica Domiciliar Anual, por faixa de renda.

É necessário que a política habitacional incorpore os aspectos de sustentabilidade ambiental que se associem à geração de trabalho e renda, ao uso de tecnologias adequadas e à geração de recursos para implementação da política, considerando a participação, as especificidades e as diversidades dos grupos sociais envolvidos. As intervenções urbanísticas devem estar associadas a programas de regularização fundiária, de promoção social, de inclusão da população no mercado de trabalho e meios de acesso à renda mínima, pois sem que sejam tomadas medidas neste sentido, fatalmente as áreas voltarão a ser ocupadas de forma irregular. (RELATÓRIO DO PDU VC, Volume I, p.98 2004)

Apesar do que foi determinado no PDU, o que notadamente se observa é o não cumprimento de diversas orientações do mesmo. Áreas e lotes sem nenhum controle municipal, crescimento desordenado das áreas periféricas, favorecimento de alguns bairros em detrimento de outros no que diz respeito à infra-estrutura e serviços públicos, irregularidade urbanística, regiões sobregradas e carentes de apoio municipal. Neste momento vê-se mais uma vez a prática da teoria através das políticas ilegítimas do governo que contribuem para o alargamento das diferenças econômicas e sociais entre a população.

3.4 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O subprograma do Programa de Habitação Popular, que vem sendo trabalhado de forma intensa é o Processo de Regularização Fundiária que é respaldado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e também pela Lei nº 1.186/2003 (Lei Municipal de Habitação Popular) que vai expor no seu artigo 32º o seguinte: “O Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e o Conselho Municipal de Habitação Popular, em conjunto com os moradores dos assentamentos e ocupações das áreas públicas, através dos fóruns de participação comunitária, definirão qual o instrumento de regularização fundiária mais adequado a cada situação e se a mesma ocorrerá de forma gratuita ou onerosa (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA,2009.)

A lei nº 1.186/2003, também cita a possibilidade de isenção que as famílias podem obter, no processo de regularização dos lotes, pois sabe-se que a população residente nestas áreas são de baixa renda e o processo é constituído de custos no que se refere ao registro do lote no cartório dentre outros aspectos. As famílias que dizem não possuir condições econômicas e financeira para arcar com os débitos podem recorrer e solicitar subsídios, conforme essa lei no seu artigo 9º:

O Conselho Municipal de Habitação Popular indicará, com base em rigoroso estudo e classificação dos solicitantes, as famílias mais carentes que terão direito a subsídio, total ou parcial, do valor real do imóvel, concedido pelo Fundo Municipal de Habitação Popular, observando-se os critérios para acesso ao Programa. (LEI Nº 1.186, PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA 2009).

Além de legalizar ocupações construídas informalmente, o Projeto de Regularização Fundiária pretende oferecer à população condições dignas de moradia, com acesso a serviços públicos básicos, ou seja trata-se de um projeto de inclusão social e ampliação da cidadania, os principais passos a serem seguidos para a realização desse procedimento são:

1º passo: Cadastramento físico das áreas (assentamentos e ocupações). Levantamento da documentação e desenho topográfico de cada área (Habilitação Técnico- Jurídica para a Regularização de um determinado local).

2º passo: Cadastramento sócio-econômico das famílias, sendo estas visitadas por um funcionário da Prefeitura que atualizará as informações dos moradores e de suas residências;

3º passo: Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel, seguido de encaminhamento do morador ao Cartório do Registro de Imóveis para obtenção da Escritura Pública de sua casa, que então estará regularizada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009).

TABELA 04- Memorando das áreas regularizadas.

LOCALIDADE	SITUAÇÃO	Nº DE LOTES
Henriqueta Prates	Aptos a obter escritura	439
Recanto das Águas	Aptos a obter escritura	474
Renato Magalhães	Aptos a obter escritura	1003
Parque da Colina	Fase inicial/inscrição	539
Vila América	Fase inicial/inscrição	1402
Alto da Boa Vista	Fase inicial/inscrição	376
Bruno Bacelar	Fase inicial/inscrição	250
Conjunto da Vitória	Fase inicial/inscrição	367
Nova Cidade	Fase inicial/inscrição	633
Santa Helena	Fase inicial/inscrição	262
Vila União (Ibirapuera)	levantamento topográfico	Indefinido
Cidade Modelo	Lotes penhorados	Indefinido
Encosta Sta Terezinha	Processo não iniciado	Indefinido
Nossa Sen. de Lourdes	Processo não iniciado	Indefinido
Santa Cruz	Processo não iniciado	Indefinido
Pedrinhas	Processo não iniciado	Indefinido
Ubaldino Gusmão	Processo não iniciado	Indefinido
Bateias II	Processo não iniciado	Indefinido
Ipanema	Processo não iniciado	Indefinido

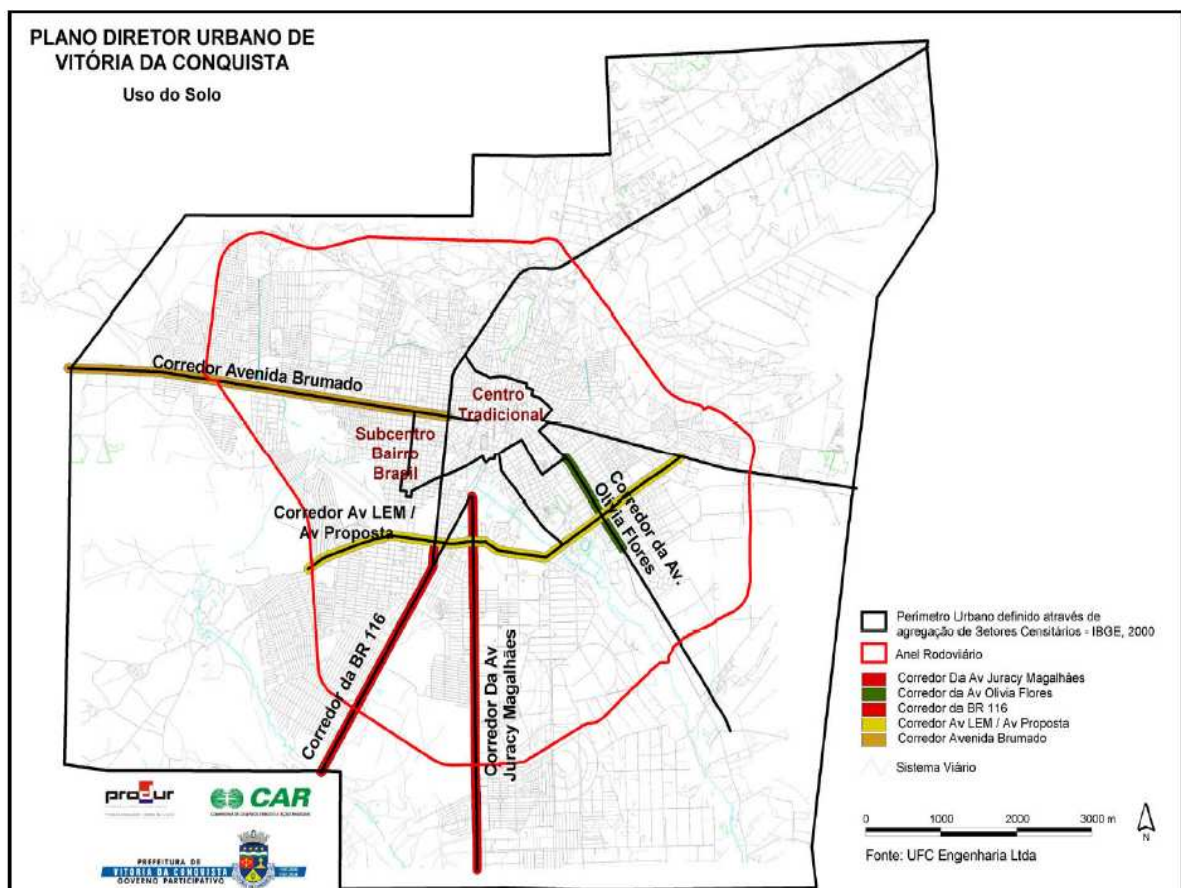
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Vitória da Conquista, 2009.

Portanto pode-se perceber que dentre vinte loteamentos que teriam obrigatoriamente que passar pela Regularização Fundiária somente três estão em fase de execução com um número considerável de lotes já aptos a obter escritura pública, são eles: Henriqueta Prates, Recanto das Águas e Renato Magalhães, o Programa de Habitação Popular considera que o principal problema enfrentado por este setor, de maneira geral, se resume na lentidão do processo, que é complexo, e envolve a participação de outros setores da Prefeitura e o Cartório de Registro de Imóveis, o que torna o procedimento muito mais moroso levando a resistência por parte dos moradores em buscar a regularização dos seus lotes.

3.4 USO E OCUPACÇÃO DO SOLO NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Com a criação do Plano Diretor Urbano surgiu a preocupação e a necessidade de se organizar a utilização do solo urbano, o mapa abaixo mostra o perímetro urbano do município:

Mapa 4- Uso e Ocupação do solo



Fonte: Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, 2006.

O mapa mostra os corredores de mais importante acesso da cidade como a Av. Brumado e a Juracy Magalhães que faz a ligação dos bairros ao centro assim como a Av. Olivia Flores

proporcionando o acesso a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, já a Av. Luiz Eduardo Magalhães é um importante corredor que liga varias pontas da cidade sem que para seja preciso utilizar as avenidas do centro da cidade, normalmente muito congestionadas.

O PDU (lei 1385/2006) desmembra a cidade em quatro setores de expansão, norte, sul, leste, oeste, divididos em unidades territoriais mediante lei municipal, para planejamento, os bairros.

De acordo com a lei 1386/2006, o centro da cidade serve de vetor de ligação aos bairros residenciais e nele se concentra as atividades econômicas, comerciais, institucionais e de serviços, além de abrigar uma imensa quantidade de órgãos públicos e núcleos relacionados ao setor de saúde, como a instalação de clinicas e hospitais, esse espaço abriga também um número grande de boutiques sofisticadas, estabelecimentos de hospedagem, além de comportar a maior feira livre da cidade, próxima as ruas Catão Ferraz e São Pedro, ocasionando um imenso congestionamento devido o pouco espaço para carga e descarga de mercadorias, já os estabelecimentos voltados para lazer como bares e restaurantes se encontram ao longo da avenida Siqueira Campos em direção a Praça do Gil.

O que se observa é que as áreas em torno do centro absorvem parte desses serviços sem a devida estrutura, como o caso das ruas Góes Calmon e Otávio Santos mediante substituição do uso residencial. Partindo do centro também se forma corredores de serviços seguindo os eixos viários mais importantes, assim como a BR 116 com atividades de hotelaria e ligada ao transito pesado de veículos, e a Avenida Brumado com comércio varejista de corredor, gerando congestionamentos. Como é notável essa substituição de áreas residenciais exige uma melhor estrutura urbana, o que pode vir a ocasionar sérios problemas de estacionamento, tráfego, gerando incompatibilidade com sua estrutura atual.

No Bairro Brasil forma-se a única aglomeração com características de um sub-centro, opcional ao principal, concentrado a partir da Feira do Bairro Brasil atividades que extrapolam o atendimento simples de bairro. Já os centros de bairros são identificados nos Bairros Patagônia, Alto Maron, Zabelê e Espírito Santo, com características distintas (RELATÓRIO DO PDU VC, volume I, 2004).

O Vetor Norte é provavelmente a área de expansão que abriga os bairros mais precários da cidade. Seguindo a Avenida Antônio Nascimento, em direção ao Parque da Serra do Periperi, encontra-se o bairro Cruzeiro, com padrões de ocupação médio e baixo. Mais adiante, chega-

se ao bairro denominado Pedrinhas, implantado em uma área completamente desestruturada, invadindo o Parque da Serra do Periperi, uma ameaça ao meio ambiente. Nesta área não teria como expandir devido a reserva. (RELATÓRIO DO PDU VC, volume I, 2004)

No Oeste da cidade vê-se uma expansão desorganizada ultrapassando os limites do Anel Rodoviário deixando pra traz loteamentos já aprovados e não implantados, a situação nesse entorno é de extrema precariedade, sem rede de esgoto e nenhum tipo de saneamento básico (RELATÓRIO DO PDU VC, volume I, 2004).

Na parte Leste os Bairros Candeias e Recreio passaram por uma urbanização mais seqüencial e continua e ainda possuem capacidade de absorção de demanda por habitação normalmente de classes mais altas, nesse sentido da cidade já iniciou o processo de verticalização e nessa região fica claro também perceber a melhoria significativa no padrão tipológico em relação aos outros bairros. (RELATÓRIO DO PDU VC, volume I, 2004).

No entanto a infra-estrutura da cidade é bem precária, a drenagem urbana sempre foi um dos mais graves problemas de Vitória da Conquista, trazendo uma série de transtornos e perdas para a população, tais como interferência no transito de veículos, interferência no transito de pedestres, alagamentos, contaminação do corpo receptor, transporte de sedimentos, dentre outros. Um bairro no qual os moradores enfrentam várias dificuldades em períodos chuvosos é o bairro recreio, mais especificamente na Avenida Otavio Santos e desemboca na Rua Guilhermino Novais, onde os moradores reclamam do mau cheiro provocado pela implantação de esgotos clandestinos e ainda as erosões provocadas em terrenos e problemas na estrutura das construções vizinhas.

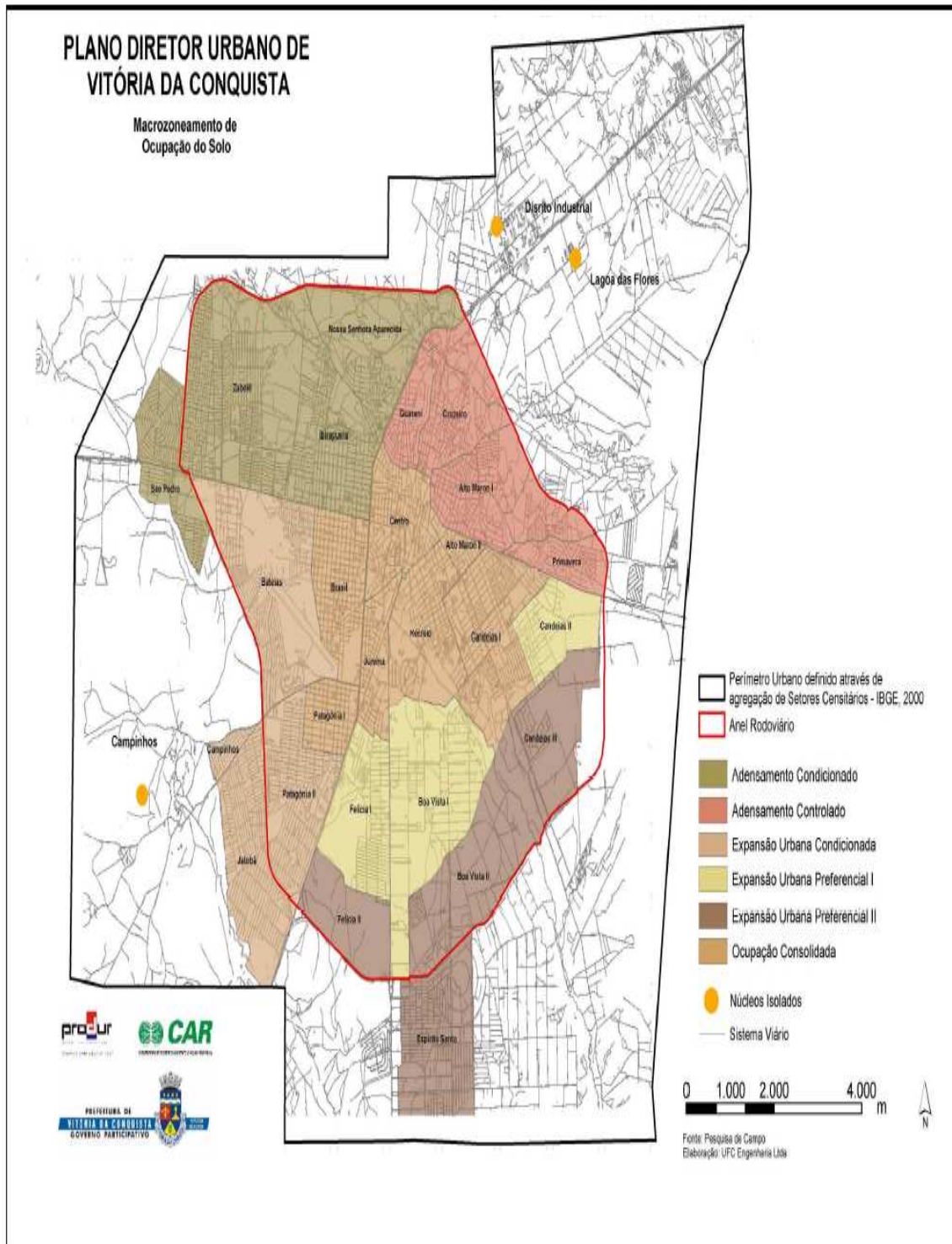
Quanto a estrutura da cidade o próprio PDU identifica sérios problemas de planejamento urbano:

... a cidade de Vitória da Conquista se desenvolveu de forma radial, porém com a implantação de frentes de urbanização de forma descontínua, gerando grandes vazios urbanos intersticiais. São glebas e terrenos espalhados em todo o território da cidade, demonstrando, de forma inequívoca, os saltos das frentes de urbanização na cidade.

Vitória da Conquista conta com muitos vazios urbanos, entre glebas, terrenos e lotes desocupados. O partido urbanístico a ser adotado e as diretrizes de desenvolvimento urbano deverão contemplar este aspecto da estrutura da cidade, buscando evitar as deseconomias das novas frentes de urbanização, mediante a ocupação dos vazios urbanos e adensamento das áreas de ocupação rarefeita, resguardando, contudo os espaços livres e abertos necessários ao lazer e conforto ambiental da população”.(PDUVC, Volume I, p. 78, 2006).

O macrozoneamento de ocupação do solo, a partir do perímetro urbano definido através de agregação de setores censitários do IBGE em 2000.

Mapa 5- Macrozonamento do Uso e Ocupação do solo



Fonte: Plano Diretor urbano de Vitória da Conquista, 2006.

O PDU do ano 2006 do município culpa historicamente o aumento da demanda imobiliária de povoamento da cidade, desde a época áurea do café na região na década de 1980, as implantações se deram de forma aleatória e próximas ao centro sem obedecer as diretrizes do

Plano, na época que indicavam áreas aprovadas de prioridade de ocupação aquelas do interior do anel viário proposto, onde até então a maioria dos loteamentos aprovados não chegaram a ser implantados, e os que foram ainda não contam com a devida infra-estrutura urbana. Desta forma o tipo de ocupação desorganizada gerou os vazios no mapa habitacional da cidade que hoje geram graves problemas de déficit habitacional, importando em alto custo social para a população, deseconomias para o Poder Público, e dessa forma constitui uma cidade pouco eficiente para todos.

Para a elaboração deste trabalho, foi feita diversas pesquisas nas Secretarias Municipais, onde foi possível obter dados a respeito da realidade local da cidade de Vitória da Conquista, dessa forma podendo-se analisar os projetos expostos no Plano Diretor Urbano.

O PDU cita os projetos voltados para a preservação do meio ambiente, e de acordo com dados obtido na Secretaria do Meio Ambiente, pode-se perceber que alguns projetos já estão sendo postos em prática dentre eles: a recuperação da área que compreende a Lagoa do Bairro Jurema. Na verdade a atual Lagoa do Jurema é o que sobrou de uma mata de galeria e nascentes de um dos braços (pequeno afluente) do Rio Verruga que teoricamente seria o Riacho do Jurema. Esta análise pode ser corroborada tanto pela existência do próprio brejo, quanto pelo formato do relevo do entorno que forma uma bacia. Portanto a lagoa do Jurema é, atualmente, um brejo degradado por forte ação antrópica.(SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, PESQUISA 2009).

Ao longo de décadas a lagoa tem sido ponto de conflito entre o poder público e a população, que tenta continuamente ocupar o local, tendo em vista que se trata de uma área com valor urbano, não só por que está à margem de uma grande rodovia e próxima ao centro da cidade, mas também porque os brejos são vistos pela população e muitas vezes pelos governantes como áreas problemáticas e de risco, sempre associadas a problemas como mau cheiro e proliferação de mosquitos, cuja “solução” é quase sempre o aterramento. (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, PESQUISA 2009). Veja a localização no mapa:

Mapa 6- Localização da Lagoa do Jurema



Figura 1. Imagem de satélite com Localizações da Lagoa e do Bairro Jurema.

Esse projeto, na realidade assim como muitos outros, ainda se encontra em fase de implantação. Outro trabalho dessa Secretaria é a Urbanização, Regularização e Integração dos Assentamentos Precários, ao desenvolver esse trabalho a Secretaria fez um levantamento etnoecológico dos bairros Bateias, Alegria, Recanto das Águas, Bruno Bacelar e Panorama. O único projeto até o momento a ser executado nesta abrangência foi a reconstrução da paisagem da Lagoa das Bateias, como área de reserva ambiental, mas nesse programa ainda tem-se um empecilho que é o problema de saneamento básico na localidade.(SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, PESQUISA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009).

Foi criado também o Programa de Revitalização das Nascentes do Rio Verruga e de Preservação do Poço Escuro, esse projeto foi criado em 2002 e o prazo para conclusão foi até 2004, e em partes foi cumprido. A Serra do Periperi onde se localiza a Reserva do Poço Escuro, devido sua localização ser dentro da área urbana da cidade, foi durante décadas degradada por ações antrópicas perdendo-se com isso um acervo de plantas nativas das mais diferentes famílias, que podem ser extremamente úteis para fins medicinais, ornamentais e alimentícios. A despoluição do Rio Verruga é um projeto que ainda se encontra em fase inicial, devido ao grau de complexidade do problema. (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2009)

Em referência aos serviços de saúde à Secretaria Municipal de Saúde (2009) concedeu dados onde observa-se a precariedade em números de hospitais públicos, pois a cidade só abrange um único Hospital Estadual, o Hospital de Base, e um Hospital Municipal, o Esaú Matos e o total de 28 unidades de saúde da família e 6 Unidades Básicas de Saúde, a maioria dos bairros periféricos não dispõe desses postos de saúde, como o caso do loteamento Henriqueta Prates, onde a população é atendida no loteamento próximo que é o Recanto das Águas.

De acordo com dados da Companhia Elétrica da Bahia - COELBA (2009), regional de Vitória da Conquista, em entrevista com a Coordenadora de Atendimento, foi possível ter acesso ao consumo de energia mensal da cidade, com consumo geral de 25 milhões de kw/h e a média de consumo residencial de 115,2 kw/h,

A situação educacional do município pôde ser observada a partir de uma pesquisa de campo, pesquisa essa realizada nos órgãos educacionais como Diretoria Regional de Educação circunscrição de Vitória da Conquista onde se constataram a existência na cidade de um total de 58 escolas divididas entre a sede os distritos. E na Secretaria Municipal de Educação foram detectados dados que mostraram um número de 42 escolas na zona urbana e 140 escolas na zona rural, além de 20 creches municipais para auxiliar as famílias de baixa renda, logo se tem um somatório de 202 instituições de educação do município. (DIREC 20 e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2009).

Junto à Secretaria de Finanças do município de Vitória da Conquista - BA, foram obtidos dados acerca do número de residências que a tributação municipal abrange, nessa relação estão excluídos os assentamentos, pois quase a totalidade dos moradores dessas localidades não dispõe de recursos financeiros para efetuarem o pagamento de impostos urbanos, logo são assegurados por lei, os conjuntos habitacionais como INOCOOP e URBIS

também não estão nesta relação, por não ter sido localizados e fornecidos pela secretaria. A tabela abaixo mostra a relação de imóveis por bairro.

Tabela 5- Relação de imóveis por bairro

BAIRROS	CONSTRUÍDOS	NÃO EDIFICADOS
Alto Maron	5304	762
Ayrton Senna	36	1105
Bateias	2736	2655
Boa Vista	1804	9258
Brasil	6824	233
Campinhos	230	964
Candeias	4717	3611
Centro	8285	245
Cruzeiro	1900	290
Distrito Industrial	68	80
Espírito Santo	2790	4303
Felícia	1673	5082
Guarani	2424	63
Ibirapuera	4281	2906
Jatobá	2313	6969
Jurema	1567	668
Lagoa das Flores	715	3912
N. Senhora Aparecida	869	181
Patagônia	6012	1202
Primavera	1023	7639
Recreio	2884	481
São Pedro	755	1904
Universidade	27	1151
Zabelê	6698	10626
QUANTIDADE TOTAL	65936	66295

Fonte: Secretaria de Finanças, pesquisa 2009.

A cidade vem, portanto, passando por algumas melhorias, mas há muito por se fazer, afinal com uma demanda populacional cada vez maior, Vitória da Conquista necessita de uma melhor organização política e urbana territorial, pois os problemas de infra estrutura continuam crescendo constantemente.

No próximo capítulo será trabalhado o estudo de caso do Loteamento Henriqueta Prates, onde serão apresentados os dados obtidos através da aplicação dos questionários com os moradores, na forma de gráficos, assim como imagens de alguns pontos no loteamento, onde pode-se perceber uma verdadeira precariedade nas condições de vida daquela população.

4 O ESTUDO DE CASO: LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES

Neste capítulo o Estudo de Caso tem o intuito de analisar o processo de periferação socioespacial do município de Vitória da Conquista, a partir do loteamento Henriqueta Prates. Desse modo serão tratados aspectos relacionados ao nível de renda das famílias, núcleo familiar, idade média dos moradores, nível de instrução, bem como a infraestrutura urbana do loteamento.

4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO LOTEAMENTO

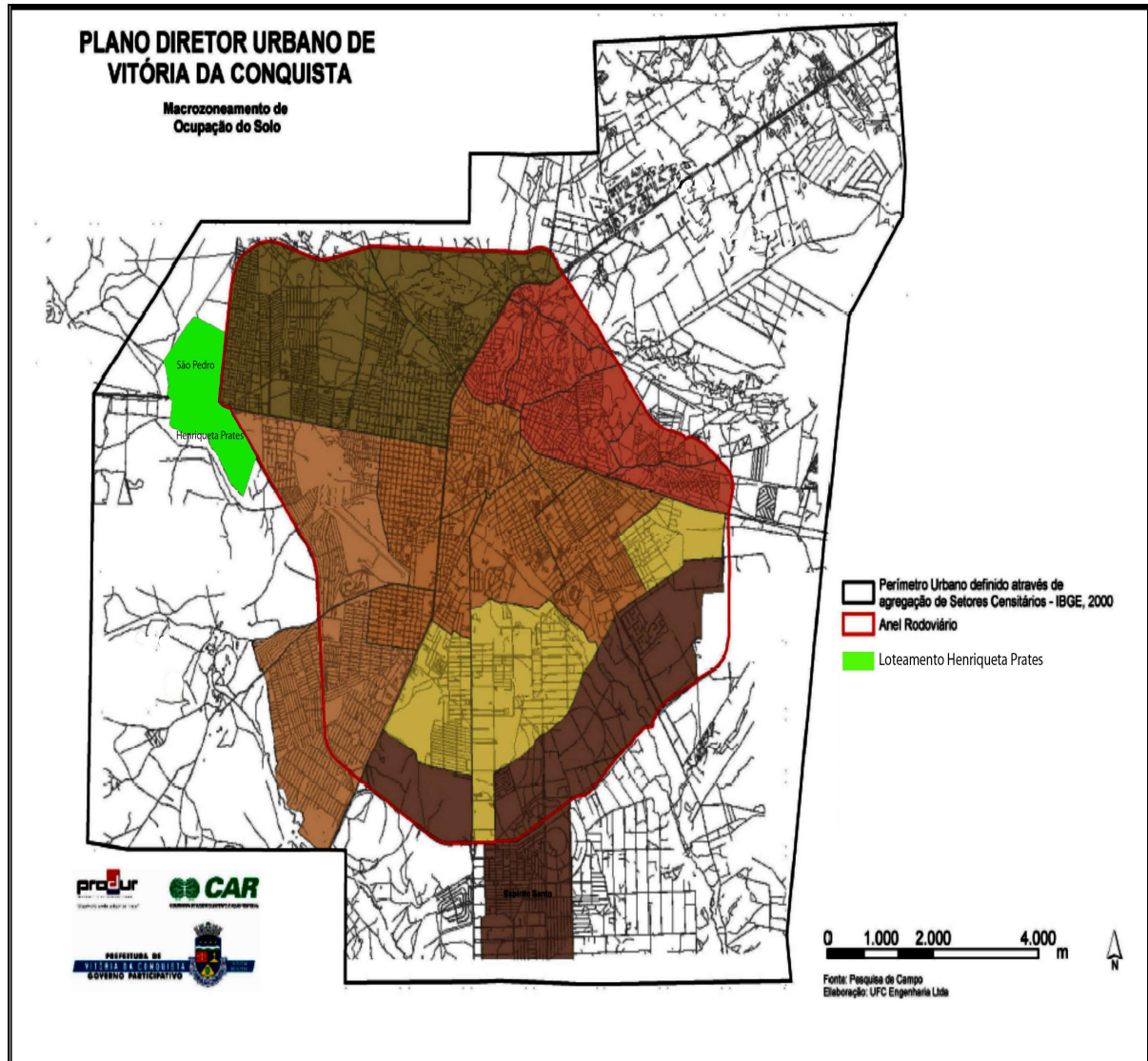
O loteamento Henriqueta Prates está situado na zona oeste da cidade de Vitória da Conquista, conforme mapa 6, com cerca de 1.900 habitantes, tendo 473 lotes concedidos pela Prefeitura Municipal, 439 lotes já estão passando pelo processo de regularização fundiária e 370 lotes já possuem habitações construídas, (IBGE, 2009).

Esse loteamento antes de 1988, ano de sua criação, era uma fazenda de propriedade privada conhecida como Fazenda São Pedro. Ainda nesta época pessoas que viam das cidades circunvizinhas a exemplo de Itambé e Anagé e não tinham onde se instalar buscavam esta redondeza. Foi com o crescimento de habitantes nesta localidade que surgiu a necessidade do poder público tomar medidas preventivas, a prefeitura iniciou o processo de regularização fruto das demandas da comunidade doando o loteamento aos moradores.

A partir do ano 2000, iniciou-se uma nova etapa do processo de regularização dos lotes cedidos pela prefeitura municipal de Vitória da Conquista. Essa regularização vem sendo feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e consiste na obtenção de escritura pública para a elevação do loteamento a bairro. O que, de acordo a própria Prefeitura a região ainda não foi contemplada com os benefícios em infraestrutura pelo fato de não possuir ainda a categoria de bairro.

Por outro lado essa exigência se torna extremamente complicada, afinal as famílias que habitam o loteamento não dispõem de recursos financeiros para a realização desse processo que para as condições dos mesmos se torna bastante oneroso. Percebe-se que essa situação é facilmente explicada pela teoria da economia urbana estudada no primeiro capítulo, onde vimos que a população que reside na periferia não possui recursos financeiros suficientes para habitarem nas proximidades do centro comercial urbano.

Mapa 6- Localização do Loteamento Henriqueta Prates no município de Vitória da Conquista



Fonte: Plano Diretor Urbano do município de Vitória da Conquista (2006).

Portanto, enquanto essa regularização não se concretiza a população continua sofrendo com o descaso das autoridades locais que não dá a devida atenção as necessidades do loteamento como: infra-estrutura, transporte, lazer, educação, dentre outras, como veremos abaixo nos dados obtidos através da aplicação de questionários e entrevistas com os moradores locais.

4.2 A ESPACIALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS DOS MORADORES DO LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES

Os moradores mais antigos contam que as dificuldades para se conseguir um lote eram enormes. Eles tinham que dormir em filas frente a prefeitura para se conseguirem uma vaga e, assim efetuarem o cadastramento então exigido. No início da formação do loteamento não existia infraestrutura, entre eles, iluminação pública, calçamento, além do todo o espaço que o cercava era rodeado por um imenso matagal. Vários depoimentos dos moradores confirmaram esse cenário, dentre eles

[...] aqui não foi invadido, mas foi a Prefeitura que deu os terrenos para as famílias morarem, nós íamos na prefeitura e tínhamos que pegar filas enormes pra conseguir cadastrar, para ganhar os terrenos. Isso aqui naquele tempo só tinha mato, não tinha luz, nem água, nem ônibus, a gente ficava longe de tudo, com o tempo e com muita luta é que veio a luz, porque eu e meu marido já falecido Gildásio Verissimo dos Santos, fomos atrás da COELBA e da Prefeitura até que com muito sofrimento colocaram a luz, era no ano de 1990, naquele tempo meu marido era o presidente do bairro, só muito depois é que chegou a água e os ônibus, mas como todo mundo ver falta muita, mas muita coisa pra fazer.¹

Além dessas, outras reclamações fazem parte do cotidiano de quem mora nesse loteamento. Dentre as insatisfações, as quem ganharam destaques foram àquelas relacionadas ao fluxo e a quantidade dos transportes coletivos público, assim como as precárias condições dos pontos de ônibus, quando existem. Pois:

Dá pra todo mundo ver como a situação dos pontos de ônibus feia por aqui, a gente não tem um ponto coberto, se precisa pegar um ônibus tem que tomar sol chuva, vento, sem contar que a violência de noite é horrível. A gente espera, espera mais de hora e quando chega um ônibus é tudo sujo e velho. A Prefeitura tem que tomar uma providência correndo, que desse jeito não dá, tá difícil.²

Em conversa com alguns entrevistados percebemos que existia um presidente do loteamento que promove a busca por melhores condições de vida da comunidade. O presidente o senhor Rosinaldo de Jesus Rodrigues, afirmou não existir um espaço físico no formato de associação, devido aos custos que são altos, mas ele serve de líder da comunidade, em seu depoimento ele disse:

¹ Joana Rosa dos Santos, 65 anos de idade, residente no loteamento há mais de 20 anos. Entrevista com a dona de casa realizada no mês outubro de 2009.

² Tadiro Souza Santos, 45 anos de idade, residente no loteamento há mais de 12 anos. Entrevista realizada com o carpinteiro da no mês outubro de 2009.

Eu sou uma espécie de presidente do Henriqueta, não temos uma associação igual as associações de costume por causa dos gastos que são muitos pra manter um local, mas eu to na função há mais de sete anos e de lá pra cá muitas dificuldades foram enfrentadas as principais são a falta de apoio da Prefeitura e a falta de esclarecimento do povo, a gente até que tem alguns projetos como a criação de um lugar pra lazer e rede de esgoto, mas não temos recursos ainda para isso.³

Com referencia ao lazer, a população do loteamento não é contemplada com nenhum grupo de atividade cultural nem áreas de lazer. As atividades religiosas acontecem forma esporádica e nem toda a comunidade participa. O que fica explicito é um verdadeiro descaso com o loteamento que não dispõe de condições básicas para se ter uma vida digna com a mínima estrutura.

Neste aspecto, prevalece mais uma vez o estudo do professor PEDRÃO (2002), afinal a população de baixa renda é excluída socialmente e culturalmente, e o poder público constantemente transfere sua responsabilidade, no caso do Henriqueta Prates essa situação é ainda mais grave, afinal a localidade ainda não se transformou em bairro.

4.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS MORADORES DO LOTEAMENTO HENRIQUETA PRATES

Com a realização de cento e vinte entrevistas semi-estruturadas com os moradores do loteamento Henriqueta Prates, foi possível diagnosticar a percepção das pessoas que habitam nesse loteamento, especificamente, sobre as questões relacionadas à infraestrutura urbana, bem como aos fatores relacionados à renda familiar e escolaridade.

Nessa perspectiva, a análise demográfica desse loteamento permitiu diagnosticar que a predominância do número de pessoas do sexo feminino em relação ao masculino.

³ Rosinaldo de Jesus Rodrigues, 37 anos de idade, residente no loteamento há 20 anos. Entrevista com o presidente da Associação de Moradores do loteamento Henriqueta Prates, realizada no mês de outubro de 2009

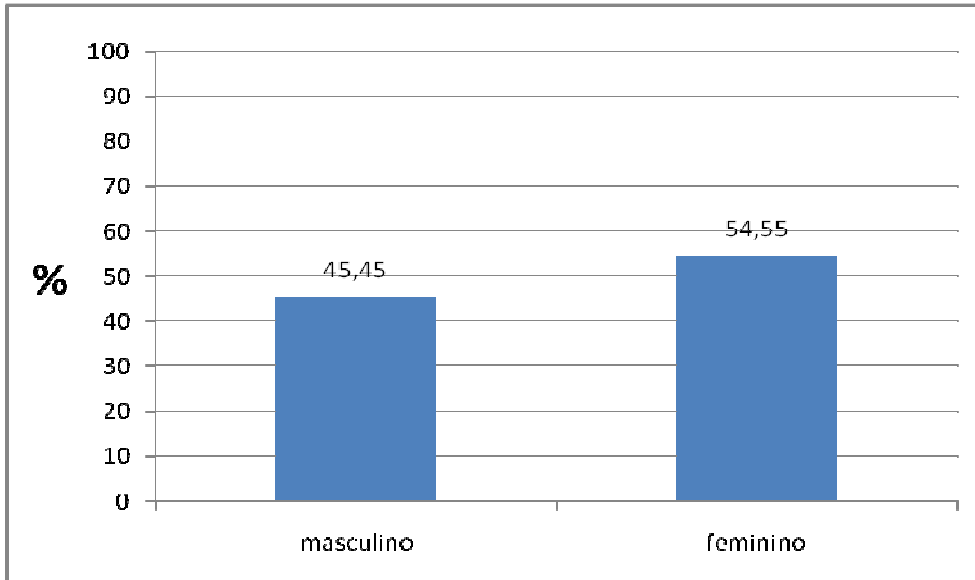


Figura 1 - Sexo dos moradores entrevistados do Loteamento Henriqueta Prates

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

Nessa pesquisa foram entrevistados 50 moradores do sexo masculino e 60 do sexo feminino, dos mais diferenciados ramos de profissão como mostra. Sendo assim, são 45,45% de pessoas do sexo masculino e 54,55% pessoas do sexo feminino, predominando a população feminina no bairro estudado.

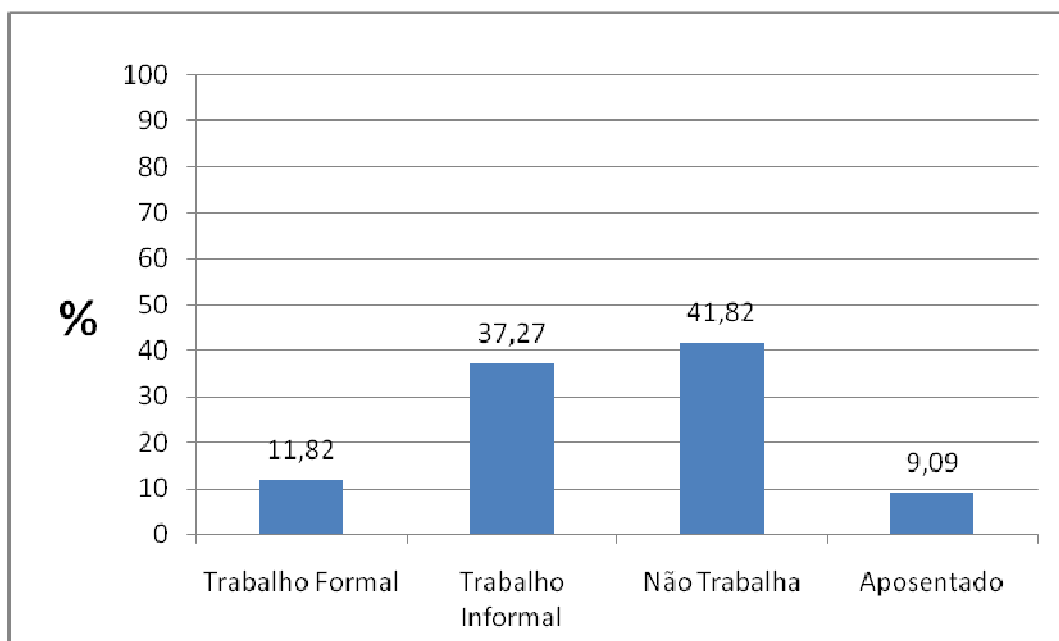


Figura- 2 Fonte de renda dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

Como se observa na figura 02 a população vive basicamente com os programas de transferência de renda do governo como bolsa família e bolsa escola, chegando o equivale a 41,82 % das famílias, essa população não se encontra desempregada por opção, mas sim por falta de oportunidades. O trabalho informal comporta 37,27 % dos moradores, dentro deste grupo o tipo de trabalho mais encontrado foi de lavadeira, diarista, ajudante de pedreiro e vendedor ambulante. Das diaristas entrevistadas mais de 89% trabalham em bairros nobres e vivem a realidade da exploração do trabalho, pois exercem suas funções mais de três dias semanalmente em uma única residência, o que lhes dá direito a receberem salário fixo e possuem carteira assinada, no entanto isso não se aplica na prática. Apenas 11,82% dos entrevistados possuem postos de trabalho fixos, ou seja, estão atuando no mercado formal de trabalho e o restante constituem o grupo dos aposentados com um percentual de 9,09% da comunidade local.

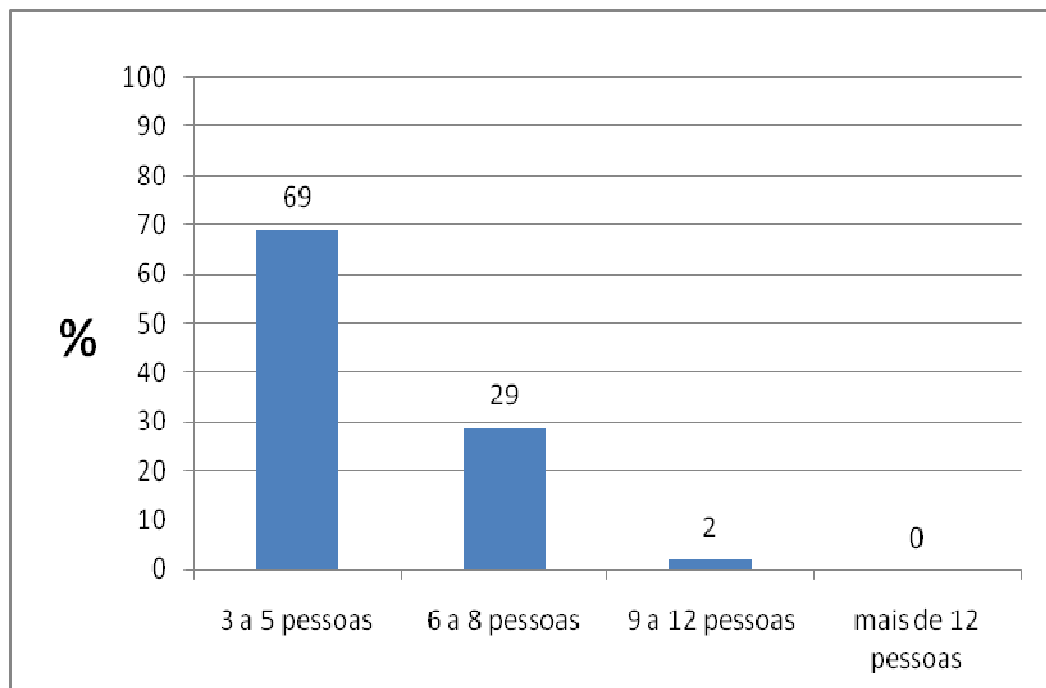


Figura 3- Quantidade de Pessoas por residência

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

O núcleo familiar foi um fator analisado neste estudo, sendo possível, portanto, chegarmos aos dados apresentados na figura 03, em que 69 % das famílias são constituídas por um

número de 3 à 5 pessoas, 29 % possui de 6 à 8 pessoas, 2 % possui de 9 à 12 habitantes residindo na mesma moradia, conforme gráfico acima.

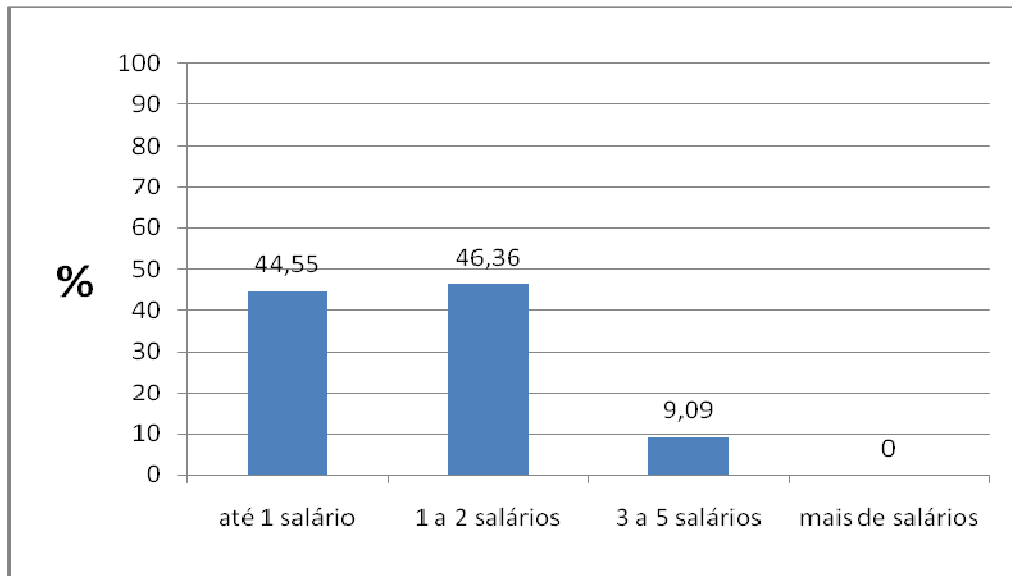


Figura 4 – Renda Familiar

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

Os formulários também apontam o nível de renda baixíssimo dessas famílias apontando que 44,55% dessas famílias recebem menos de 1 salário mínimo por mês, 46,36% consegue obter entre 1 a 2 salários no mês, 9,09 % recebem de 3 a 5 salários sendo que nenhum dos entrevistados possuem renda superior a 5 salários mínimos por mês.

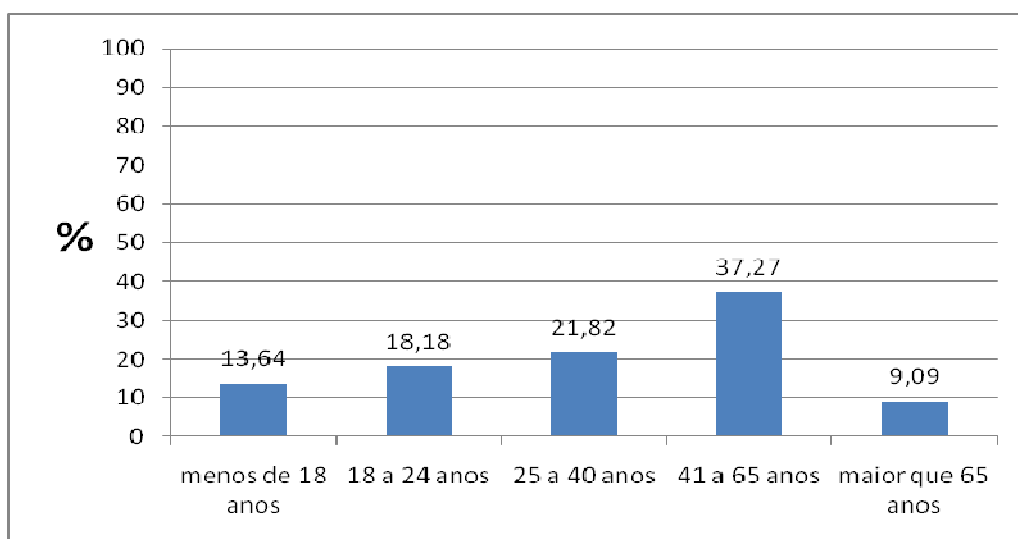


Figura- 5 Faixa etária de idade dos moradores do loteamento.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

Os habitantes do loteamento que responderam ao questionário estão enquadrados nas diversas faixa etárias de idade sendo que 13,64% da população fazem parte do grupo menor de 18 anos de idade, 18,18% estão na faixa etária de 18 à 24 anos, 21,82 % dos moradores possuem idade de 25 à 40 anos, enquanto que os do grupo de 41 à 65 anos somam um percentual de 37,27 %, foi neste grupo também onde foi possível perceber o maior índice de desemprego e maior dependência das políticas públicas de transferência de recursos. Por fim, a última faixa etária analisada foi dos maiores de 65 anos que somam 9,09 % dos habitantes. De acordo com a figura 5, fica claro que a comunidade do loteamento está passando por uma fase de transição da fase jovem para a terceira idade, o que pode gerar mais adiante um problema, afinal essa população hoje de meia idade em algum tempo não contribuirá mais para o desenvolvimento da economia local, sendo necessário o crescimento da população jovem para contribuir com a formação do PIB local e municipal, afinal esse é o ciclo em todos os lugares.

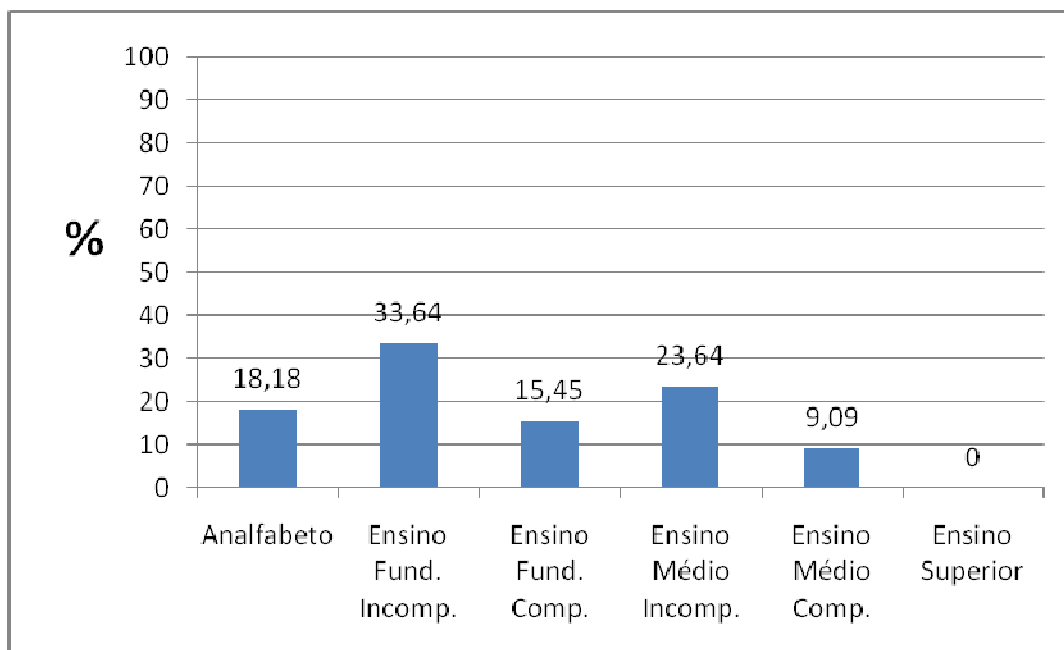


Figura- 6 Grau de escolaridade dos moradores do loteamento.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada por Isaurinda Prates Gomes, 2009

Outro aspecto pesquisado no loteamento está relacionado ao grau de escolaridade dos moradores, os questionários apontam um índice de analfabetismo muito grande. Onde 18,18% da população são analfabetos, 33,64% cursaram apenas o ensino fundamental incompleto, esses números caíram quando partimos para o ensino fundamental completo com 15,45% dos

habitantes. Na população jovem ver-se uma melhoria de formação escolar mesmo que ainda de forma precária, tendo 23,64% conseguido o ensino médio incompleto, mas somente 9,09% conseguiram concluir o ensino médio. Outro dado triste também neste mesmo aspecto é que nenhum dos entrevistados possuía nível superior nem se quer incompleto.



Fotografia 1- Escola Municipal Jr. Dr. Gildásio Pereira Castro.

Fonte: Isaurinda Prates Gomes, 2009

Pode-se observar de acordo com as entrevistas realizadas com os moradores, que só existe no loteamento uma escola de ensino fundamental, a Escola Municipal Gildásio Pereira Castro conforme figura 1. Entretanto, os pais dos alunos reclamam da dificuldade ao acesso no ensino médio.

Afinal, a maioria das famílias não possui recursos financeiros para se deslocar através do transporte coletivo, para bairros mais distantes, pois os bairros próximos não possuem também escolas suficientes para comportar toda a comunidade. Sem contar que as crianças se arriscam por terem que atravessar a BA 262 até chegarem ao bairro vizinho Miro Cairo. Neste

bairro, existe uma escola do município destinada a educação fundamental, mas não atende essa demanda.

Ainda de acordo com as entrevistas, muitas crianças já sofreram atropelamentos indo para a escola ao atravessarem a BA 262, que devido a falta de sinalização e do intenso tráfego de veículos, principalmente nos horários das 7:00h às 8:00h, bem como das 12:00 às 14:00h e das 17:00 às 19:00h.

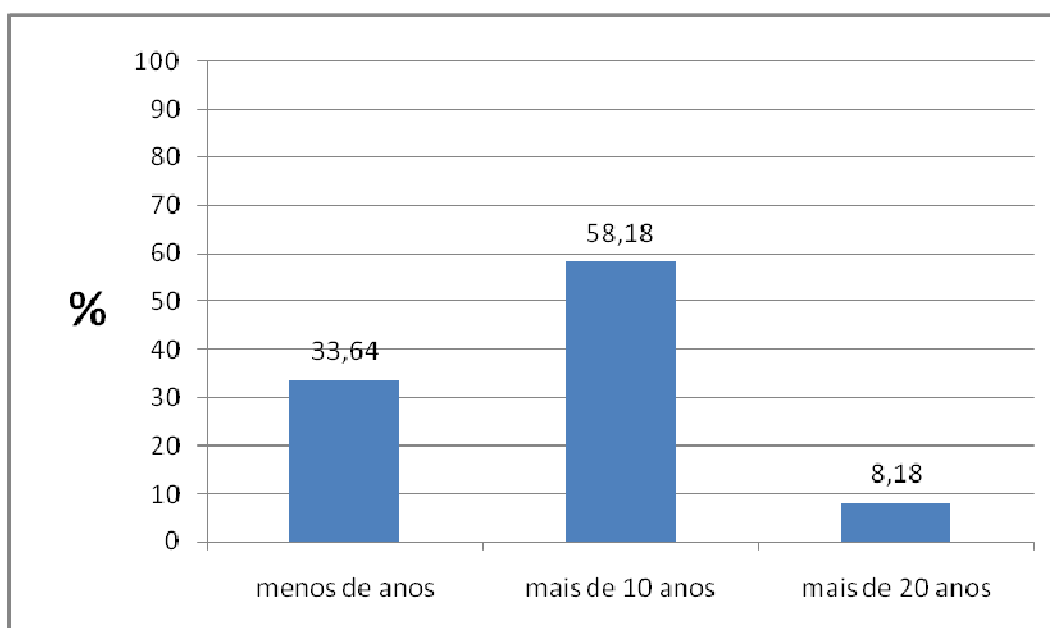


Figura- 8 Tempo de moradia no bairro.

Fonte: pesquisa de campo 2009

Foi utilizado o critério de tempo de residência no loteamento para que se chegasse a conclusão de como realmente se deu a formação do mesmo. E nessa tentativa foi questionado aos moradores quanto tempo de vida eles tinham nessa localidade e 33,64% disseram ter menos de 10 anos, 58,18% revelaram ter mais de 10 anos de loteamento e 8,18% disseram ter mais de 20 anos no local, ou seja, estavam presentes no momento da criação e confirmam a mesma versão contada pela Prefeitura Municipal, de que os lotes não foram invadidos como se pensava, e sim foram comprados pela própria Prefeitura e doados às famílias de baixa renda.

No entanto sabe-se que essa localidade foi invadida e o poder público tentou camuflar a realidade. E nessas entrevistas foi possível confirmar também que a origem destes habitantes é realmente de cidades circunvizinhas: Anagé, Itambé, Aracatú e Barra do Choça.

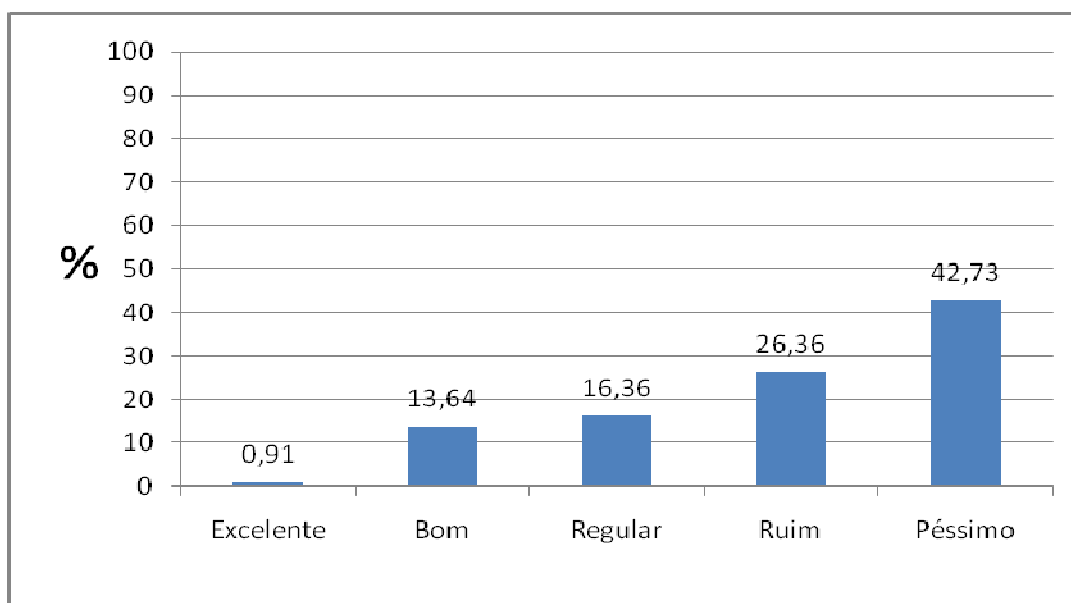


Figura- 9 Avaliação dos serviços de transporte coletivo pelos moradores do loteamento.

Fonte: pesquisa de campo 2009

Em relação ao transporte coletivo foi feito também perguntas aos moradores sobre como eles avaliam o transporte coletivo local e os números apontam uma avaliação negativa, de acordo com a figura 09 os dados dizem o seguinte:

Um número de 0,91% da população considera o transporte coletivo excelente, 13,64% diz ser boa a qualidade do transporte urbano, 16,36 % declararam regular, 26,36 % disseram que a qualidade é ruim e os restantes 42,73 % afirmaram que a situação do transporte no loteamento é altamente precária. De acordo dados obtidos através da Secretaria de Transporte Transito e Infra Estrutura Urbana só existem duas linhas de ônibus na localidade o que vai do Henriqueta Prates/ Centro e o Henriqueta Prates/ UESB somando uma frota de 4 veículos.



Fotografia10- Ponto de ônibus do Loteamento Henriqueta Prates

Fonte: Isaurinda Prates Gomes, 2009

O ponto de ônibus não dispõe de nenhum, tipo de cobertura como mostra a figura acima e fica praticamente no meio da pista, colocando a segurança dos moradores em risco.

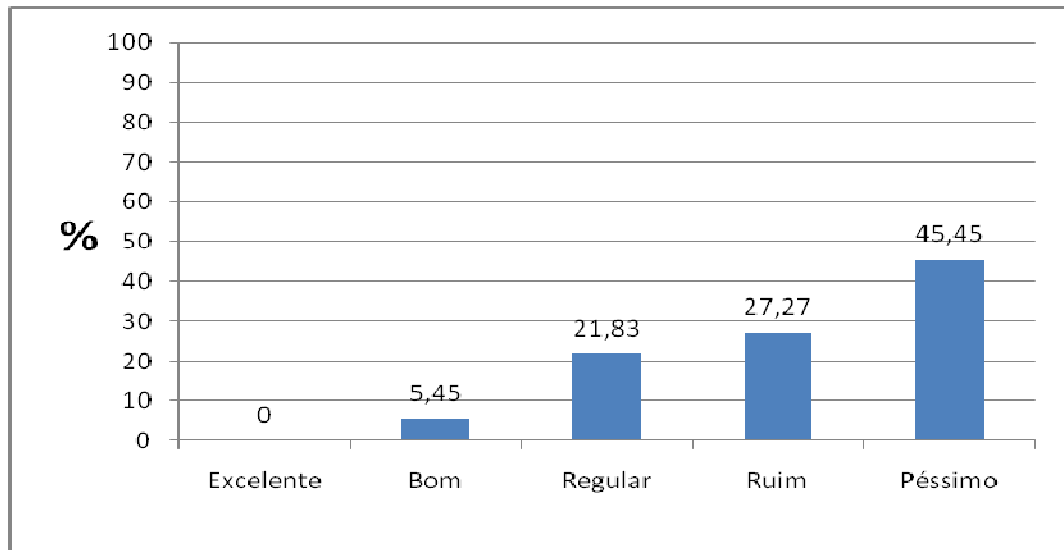


Figura- 11 Avaliação dos serviços de saúde pelos moradores do loteamento..

Fonte: pesquisa de campo 2009

No aspecto saúde pública a situação também não é confortável, pelo contrario é bem preocupante, ao serem questionados em relação ao sistema de saúde local os moradores deram as seguintes respostas, nenhuma das pessoas entrevistadas consideram a assistência a saúde do loteamento excelente, 5,45% consideram a sistema bom, 21,82% disseram que é regular, 27,27 % afirmaram que é ruim enquanto que 45,45 % declararam que a assistência a saúde na localidade é péssima. Disseram ainda que não existe um Posto de Saúde dentro do loteamento o que existe está situado no bairro vizinho Recanto das Águas e atende a população deste bairro, a do bairro Terra do Remanso e do loteamento Henriqueta Prates.

Uma das perguntas do formulário aplicado na comunidade, diz respeito aos tipos de doenças mais comuns ou mais enfrentadas pelos moradores e foi possível se chegar a conclusão de que as doenças que mais atinge a população são: problemas respiratórios como bronquite asmática e renite alérgica, além de problemas relacionados a verminoses como diarreia e febre principalmente em crianças.

Isso acontece devido as péssimas condições de saneamento, alias não existe rede de esgoto e saneamento básico no Henriqueta Prates, logo as crianças que saem para brincar nas ruas, como é cultural na região, acabam se contaminando com a água suja. Conforme dados da EMBASA Empresa Baiana de Águas e Saneamento, o loteamento Henriqueta Prates não está no projeto recém aprovado para a construção da rede de esgoto, já possui 100% da cobertura de água, mas saneamento básico não se tem previsão de quando irá chegar no loteamento.



Fotografia12 - Esgoto a céu aberto no Loteamento Henriqueta Prates

Fonte: Isaurinda Prates Gomes, 2009

De acordo com informações dos próprios moradores não existe nenhuma área de lazer onde as crianças possam brincar tranquilamente, onde as mulheres possam aprender afazeres novos como forma de melhorar o nível de renda de suas famílias e os jovens também não encontram nenhum incentivo à cultura. Foi abordado por algumas pessoas do sexo masculino que o único ponto de lazer onde eles se encontram é no campo de futebol construído por eles próprios com chão de terra, como mostra a figura 13, pois a Prefeitura não forneceu nenhuma contribuição.



Fotografia13- Campo de futebol do Loteamento Henriqueta Prates

Fonte: Isaurinda Prates Gomes, 2009

Algumas mães e pais lamentam o fim do grupo de jogos que existia na localidade, não era necessariamente dentro do loteamento e sim na vizinhança, mas atendia os jovens e crianças que ali residem, era chamado Projeto Segundo Tempo com aulas de capoeira, futebol e vôlei, mas infelizmente foi extinto.

Segundo depoimentos, para algumas pessoas a única manifestação cultural que existe no loteamento, mesmo que de forma superficial são as festas religiosas da igreja católica, conforme figura 14, na qual não foi possível conseguir entrevista com o líder religioso, pois o mesmo não reside lá e só vai à igreja local a cada quinze dias aos domingos. Logo é de fácil percepção a ausência de manifestações religiosas e culturais que possam estimular a população a ter uma visão melhorada do mundo.



Fotografia 14- Igreja católica do Loteamento Henriqueta Prates

Fonte: Isaurinda Prates Gomes, 2009

No loteamento existem seis estabelecimentos comerciais todos concentrados na rua Avenida Principal que na visão dos moradores é a rua mais importante, é também onde tem-se uma barbearia e salão de beleza, a igreja católica e a escola municipal. Percebe-se também que não existe uma preocupação com os aspectos econômicos locais, pois a população não possui esclarecimento suficiente para avaliar o impacto da criação de hipermercados na cidade, como o Atacadão, sobre a vida da comunidade local, que de acordo com relatos, na maioria das vezes se deslocam até esse mercado devido o custo das mercadorias serem bem menor do que no comércio local, tornando assim mais viável gastar com a passagem do transporte coletivo para adquirir produtos mais acessíveis.

O gráfico abaixo mostra essa falta de conhecimento.

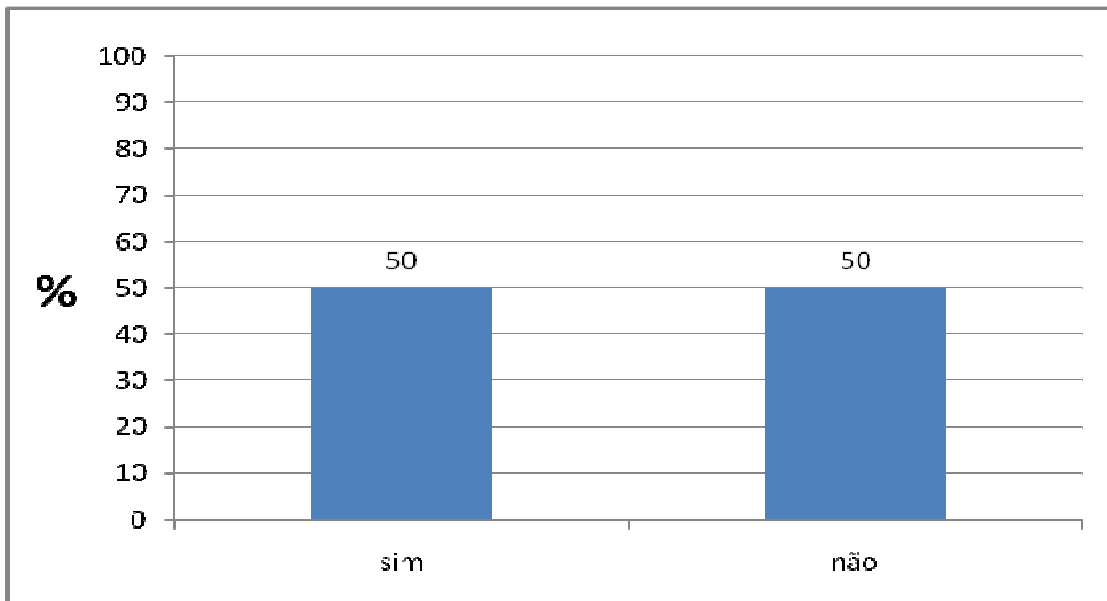


Figura- 15 Conhecimentos sobre a economia local.

Fonte: pesquisa de campo 2009

Em entrevista feita em 50% dos estabelecimentos comerciantes nos mercados Unibom, Iguatemi e Economia do Henriqueta chegou-se a conclusão de que o número de moradores dos bairros circunvizinhos que procuram os mercados do Henriqueta Prates é bem pequeno, até os próprios moradores no último ano com a vinda do Atacadão para a cidade, tem preferido se deslocar para realizarem suas compras do mês. É claro que o número de moradores que procuram outros bairros para comprar também é pequeno, afinal nos estabelecimentos acima citados, eles adquirem suas mercadorias e efetuam pagamentos de diversas formas a mais utilizada ainda é o crediário, ou seja a venda á prazo, devido o conhecimento e a amizade conquistada o que faz com que o estabelecimento corra maior risco de inadimplência.

No que diz respeito ao comércio a comunidade reclama também por uma feira livre, já que na redondeza não se tem nenhuma, quando eles precisam ir a feira têm que se deslocarem para o bairro mais próximo que é o Bairro Brasil, dependendo mais uma vez do transporte coletivo e tendo que gastar com passagem, algo que torna suas compras mais onerosas.

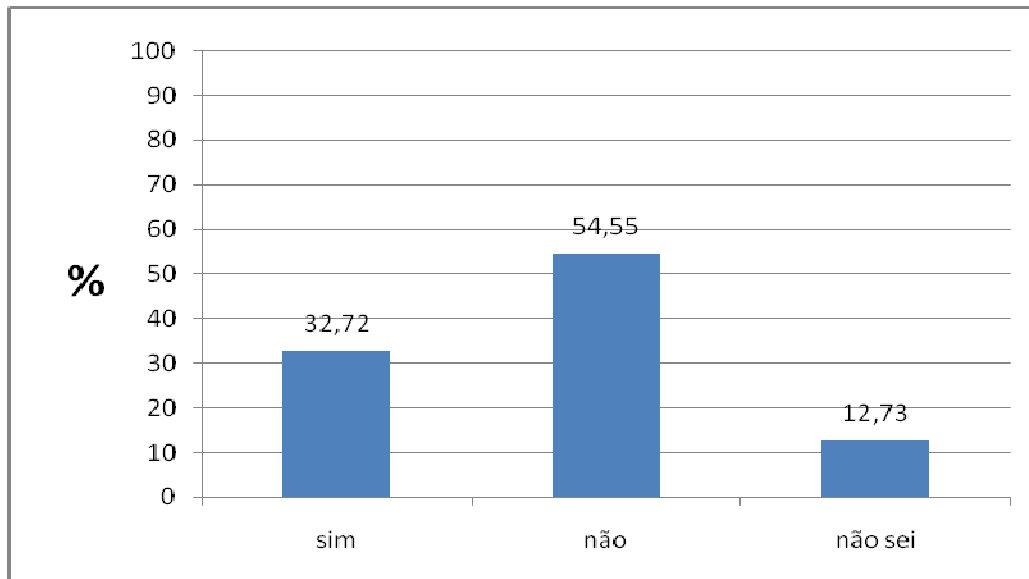


Figura- 16 Conhecimento sobre a existência de associação de moradores do bairro.

Fonte: pesquisa de campo 2009

Foi também perguntado aos moradores sobre a associação de moradores, se está existe, e o que foi respondido foi: 32,72 dos entrevistados disseram conhecer uma associação, 54,55 % disseram não conhecer nenhuma associação de moradores e por fim 12,73 % da população alegam não conhecerem nenhuma associação local. E de acordo com o depoimento do senhor Rosinaldo, vimos que não existe o espaço físico da associação, no entanto existe um presidente que luta pelos interesses da comunidade. Isso mostra mais uma vez, a falta de esclarecimento da população em relação aos direitos constitucionais de todo e qualquer cidadão.

CONCLUSÃO

Historicamente as cidades surgiram e surgem devido a necessidade de se manter um planejamento, uma aglomeração devido a produção de trabalho e as necessidades de sobrevivência. No Brasil o processo de colonização criou as cidades da mesma forma, contornos e planejamento, ou até mesmo a falta desse último da mesma forma que acontecia na Europa.

Neste país as cidades crescem do centro para a periferia. Esta por sua vez fica sendo sempre desprovida de recursos financeiros e das necessidades básicas de sobrevivência humana. Notadamente as cidades concentram nas suas periferias a população trabalhadora, de baixa renda e desempregados.

Ao longo da elaboração deste estudo sobre o processo de periferização das cidades, foi possível identificar a imensa discrepância existente principalmente nos centros urbanos de maior dinamismo econômico, entre as classes menos favorecidas que habitam as periferias e as classes de poder aquisitivo maior.

O presente estudo teve os seus objetivos atingidos com sucesso, uma vez que foi possível fazer um diagnóstico das condições precárias e desumanas em que vive a população do Loteamento Henriqueta Prates em Vitória da Conquista. A população residente no referido loteamento não possui sistema de transporte que atenda as necessidades da população, a saúde é precária, esgoto a céu aberto causando doenças respiratórias, alérgicas e outras patologias relacionadas a verminoses e viroses. As condições sanitárias são visivelmente precária assim como os demais sistemas de saúde, transporte, segurança e lazer.

A valorização que ocorre em Vitória da Conquista do espaço urbano, faz com que os bairros periféricos sobreviva em condições precárias, enquanto o centro possui condomínios fechados e são providos de toda assistência básica necessária, com estrutura física bem delineada e o valor agregado do solo sendo muito valorizado. A cidade cresceu sem a organização adequada, ou sem respeito ao plano diretor. Com muitos espaços vazios no meio urbano, enquanto a periferia vive a contradição dessa realidade. Tornando nítida a diferenciação espacial da cidade.

Alguns bairros possuem supervalorização, enquanto outros possui a mínima ou nenhuma. Dessa forma fica evidente que os problemas existentes no Loteamento estudado são muitos, acontecem a muitos anos. O esgotamento sanitário, o transporte coletivo e aos postos de saúde são direitos básicos, existenciais, essenciais, fundamentais e garantidos na Constituição Federal que não estão sendo realidade para a população em questão.

Portanto, conclui-se, que existe a necessidade de se seguir de modo mais efetivo o plano diretor existente na cidade. A questão do uso e ocupação da terra é um problema a ser visto. Porém as necessidades básicas que são direitos de todos e dever do Estado precisam ser sanadas com urgência.

Fica a sugestão de que futuros trabalhos com o referido tema deste estudo seja feito no Loteamento em busca de soluções adequadas não somente junto a população, mas também ao poder público. Uma vez que a necessidade de uma melhor organização espacial é necessária.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana. Rio de Janeiro**. Editora Paz e Terra S/A, 2000
- FERRAZ, Ana Emilia de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.
- CAGGIOLA, Osvaldo. **História e Economia**. questões, São Paulo : Humanitas/FELCH/USP, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível em <HTTP// www.ibge.gov.br > senso de 1996 a 2000.
- LEI Nº 1385/2006 PDU. **Diário Oficial dos Municípios**. Ano XCI • Nº 19.330. Salvador 30 de janeiro de 2007.
- MARICATO, Erminia. Brasil. **Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis. Vozes, 2001.
- MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1975.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1982.
- PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. Estudos Urbanos; 5.
- SINGER, PAUL. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1973.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15 ed, 1ª reimpressão- São Paulo. Contexto, 2008.
- TANAJURA, Mozart. **História de Conquista, crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista, Brasil artes gráficas, 1992.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R. orgs. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam, Edusp, 1999, p.169-243.

APÊNDICE – A

Nome do entrevistado

Sexo

Feminino () Masculino ()

Idade:

() menor de 18 anos () entre 18 e 24 anos () entre 23 a 40 anos

() entre 41 e 65 anos () maiores de 65 anos

Qual o grau de escolaridade?

() menor de 18 anos () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior

Qual o núcleo familiar (quantas pessoas)?

() de 3 a 5 () de 6 a 8 () de 9 a 12 () mais de 12

Qual o nível de renda da família?

() até 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários () de 3 a 5 salários () mais de 5 salários

À quanto tempo reside no bairro?

() menos de 10 anos () mais de 10 anos () mais de 20 anos

ASPECTOS HISTÓRICOS

Qual a origem do bairro (histórico popular)?

Como era o loteamento quando você chegou e quais as diferenças hoje?

Como pode ser avaliado a qualidade do transporte urbano local?

() excelente () bom () regular () ruim () péssimo

Como pode ser avaliado o sistema de saúde do bairro?

() excelente () bom () regular () ruim () péssimo

Quais as doenças mais comuns, que atingem a população?

Quais as áreas de lazer do bairro?

Quais as mais importantes?

ATIVIDADES COMERCIAIS

Existe alguma associação local para discutir problemas relacionados ao bairro?

sim não não sei

Quais as manifestações religiosas e culturais do loteamento?

Quais os estabelecimentos mais procurados?

Existem pessoas dos bairros vizinhos que compram nestes estabelecimentos?

sim não muito pouco não sei